



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE DIREITO

ANDREI SERRA MARTINS

**A proteção contra o trabalho escravo contemporâneo do
ordenamento jurídico brasileiro**

Brasília
2013

Andrei Serra Martins

A proteção contra o trabalho escravo contemporâneo no ordenamento jurídico brasileiro

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo José Macedo de Britto Pereira

Brasília
2013

ANDREI SERRA MARTINS

A proteção contra o trabalho escravo contemporâneo no ordenamento jurídico brasileiro

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito, aprovado com conceito []

Brasília, 18 de dezembro de 2013.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Ricardo José Macedo de Britto Pereira

Membro: Laís Maranhão Santos Mendonça - Mestranda

Membro: Renata Queiroz Dutra - Mestranda

Membro Suplente: Pedro Mahin Araújo Trindade - Mestrando

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, *Carlos Antônio Sales Martins* e *Maria do Carmo Sales Martins*, pelo apoio incondicional, desde os primeiros segundos de minha vida. Por terem me levado pela mão e apontado o verdadeiro caminho para a vitória. Por o terem iluminado, quando este parecia escuro e inóspito. Por terem me alimentado de amor, quando o caminho se esvaziou, e me vi só. Por terem me dado força, quando minhas pernas fraquejaram e achei que não pudesse continuar. Por terem me ensinado a solidariedade, e quando pude estender a mão aos caídos, fi-lo. Por terem me ensinado a ter força e a buscar o conhecimento. E que possamos cantar juntos glórias outras que hão de vir.

À minha querida irmã, *Andressa Serra Martins*, amiga que me surgiu na mais tenra infância e que desejo ter pela vida inteira. Sou grato pelo companheirismo, pela alegria compartilhada nos momentos de ventura e pela mão amiga nas horas de angústia. Pela admiração mútua e carinho, tornando pleno de regozijo cada dia nesta terra.

Ao meu Professor Orientador, Doutor *Ricardo José Macedo de Britto Filho*, pela boa vontade, presteza e empenho em auxiliar a concretizar este trabalho.

À Professora Doutora *Gabriela Neves Delgado*, por ter despertado em mim a sede insaciável de justiça no descortinar toda a beleza do Direito do Trabalho.

A todos os amigos que estiveram ao meu lado para alegrar a jornada. Por cada sorriso, por cada abraço, por cada segundo, cada fragmento de vida que tenha valido a pena.

"Neste mundo há lugar para todos. E a boa Terra é rica e pode alimentar a todos. O modo de vida poderia ser o da liberdade e da beleza, porém nos perdemos. A cobiça envenenou a alma dos homens; ergueu no mundo as muralhas do ódio. E tem-nos feito marchar cegamente em direção à miséria e ao morticínio. Criamos a era da velocidade, mas nos enclausuramos dentro dela. A máquina, que produz abundância, tem-nos deixado na penúria. Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos muito pouco. Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido."

(Charles Chaplin)

RESUMO

A escravidão contemporânea tem sido um fenômeno persistente na realidade social brasileira. Mesmo após a abolição oficial da escravatura, em 13 de maio de 1888, a escravidão se infiltrou no século XX por meios escusos, se alimentando da indiferença do capitalismo de mercado em satisfazer as demandas sociais de trabalho digno e das falhas do Estado em efetivar os instrumentos jurídicos criados para combatê-la. O presente trabalho tem por objetivo traçar um breve panorama histórico da escravidão no Brasil para, em seguida, analisar primeiramente as normas internacionais atinentes ao tema e a que o país se submete, o tratamento dado à matéria pelo ordenamento jurídico pátrio e, por fim, abordar a atuação das principais instituições empenhadas no combate à mácula do trabalho escravo.

Palavras-chave: Trabalho Escravo. Escravidão Contemporânea. Trabalho Decente. Liberdade. Dignidade da Pessoa Humana. Valor Social do Trabalho.

ABSTRACT

Contemporary slavery has been a persistent phenomenon in brazilian social reality. Even after the official abolishing of slavery, on May 13, 1888, slavery has infiltrated the 20th century by shady means, feeding on market capitalism's indifference in satisfying social demands of decent work and the State's failures on actualizing the legal instruments created to fight it. This paper aims to draw a brief picture of slavery in Brazil and, then, analyze firstly the international norms related to the subject and to which ones the country submits, the treatment given to this matter by the national legal system and, finally, to approach the role of the main institutions committed to fight the stain of slave labor.

Keywords: Slave Labor. Contemporary Slavery. Decent Work. Freedom. Human Dignity. Social Value of Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

art. - Artigo

§ - Parágrafo

OIT - Organização Internacional do Trabalho

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social

TST - Tribunal Superior do Trabalho

PEC - Projeto de Emenda Constitucional

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MPT - Ministério Público do Trabalho

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL	12
1.1 A escravidão no Brasil de 1500 a 1888	12
1.2 O trabalho escravo no Brasil dos séculos XX e XXI.....	17
2 REGRAMENTO JURÍDICO INTERNACIONAL CONEXO	21
2.1 A Declaração Universal dos Direitos Humanos	22
<i>2.1.1 A dignidade da pessoa humana como fundamento para a existência de um direito humano universal</i>	<i>22</i>
<i>2.1.2 Os direitos do homem trabalhador</i>	<i>26</i>
2.2 Principais convenções da OIT.....	30
2.3 A Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e o Relatório Global - Não ao Trabalho Forçado.....	33
3 O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	35
3.1 A Constituição Federal de 1988	35
<i>3.1.1 A Dignidade da Pessoa Humana</i>	<i>37</i>
<i>3.1.2 O direito fundamental à Liberdade.....</i>	<i>40</i>
<i>3.1.3 O valor social do trabalho</i>	<i>43</i>
3.2 Legislação Infraconstitucional.....	45
<i>3.2.1 Responsabilização criminal: o artigo 149 do Código Penal.....</i>	<i>45</i>
4 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÁTRIAS NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO	53
4.1 Ministério do Trabalho e Emprego	53
4.2 Ministério Público do Trabalho.....	55
4.3 Justiça do Trabalho	58
4.4 Organizações não governamentais	59
5 CONCLUSÃO.....	63
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

INTRODUÇÃO

Ao longo dos dois últimos séculos, o Direito do Trabalho tem-se desenvolvido como um claro esforço no sentido de equilibrar as discrepâncias entre as forças econômicas que agem na economia e impor valores de justiça às relações laborais, desde o conturbado alvorecer do capitalismo industrial inglês.

Desde a incipiente proteção ao trabalho infantil com o advento do *Peel's Act* de 1802, até o recente embate com as contradições e mazelas veladas da flexibilização trabalhista, a teleologia do ramo juslaboral se estruturou no sentido de estabelecer claramente suas funções no sentido de humanizar as relações de trabalho. Tal qual leciona Godinho Delgado, a desmercantilização da força de trabalho, a distribuição equânime de renda e o controle e a atenuação das distorções socioeconômicas inerentes ao sistema capitalista e a generalização, para todo o mercado de trabalho, das condições e direitos conquistados historicamente pela classe obreira dos setores mais avançados da economia seriam, pois, apenas facetas de um valor primordial do impresso na própria teleologia do Direito do Trabalho, qual seja, a melhoria das condições de pactuação da força de trabalho¹

Embora inserido nesse contexto, o mundo Ocidental – e o Brasil não é exceção – tem testemunhado casos de exploração de mão de obra em regime de escravidão que vem afrontando a legislação dos Estados cuja jurisdição lhes abrange, além de normas internacionais construídas a custo de tempo e esforço político. Ante isso, é de se indagar como se pôde passar despercebida a ressurreição de uma mácula social transplantada da Antiguidade para a Modernidade e Pós-modernidade, como essa prática tomou forma na economia contemporânea e, sobretudo, o que se tem feito contra sua proliferação.

Dentre as hipóteses relevantes que se tem elaborado para a explicação da escravidão contemporânea, cite-se a vasta informalidade do mercado de trabalho, a inacessibilidade ao exercício pleno da cidadania, a escassez de postos laborais e a banalização da injustiça social.²

Alguns autores empreendem uma incursão mais focada no prisma econômico e acabam por revelar fatores explicativos não menos importantes desse fenômeno, que não raro se guia por leis mercadológicas básicas. A abundância de mão de obra disponível, consubstanciada em circunstâncias posteriores à explosão populacional que se seguiu ao fim da Segunda Grande Guerra e o choque entre estruturas produtivas tradicionais e modernas,

1 DELGADO. M.G. (2012, pp. 57-61)

2 MELLO (2005, pp. 10-11)

decorrente do desenvolvimento econômico vertiginosamente rápido de diversas nações são exemplos de transformações que favoreceram a conformação do delito como o conhecemos.³

Outra análise pertinente menciona o sensível abandono pelas democracias capitalistas dos valores político-jurídicos caros às liberdades individuais aos direitos humanos durante a globalização pós-Guerra Fria, em favor da conquista de novos mercados e de vantagens comerciais.⁴

Com algumas diferenças, pode-se encontrar diversos desses aspectos na formação do fenômeno do escravismo no Brasil contemporâneo. Casos de difundido conhecimento, como as carvoarias em Mato Grosso do Sul, o garimpo em Serra Pelada, a exploração sexual de jovens mulheres no Amazonas e, mais recentemente, os imigrantes bolivianos indocumentados são evidências de que há muito que se fazer, tanto em nível de aperfeiçoamento técnico-jurídico quanto em nível institucional para que a prevenção, a repressão e a responsabilização dessa espécie de superexploração do trabalho sejam empreendidas de maneira eficaz.

O escopo do presente trabalho consiste, pois, em elaborar uma análise do trabalho escravo contemporâneo no Brasil sob o prisma sociológico-jurídico, no fito de que sejam compreendidos os aspectos legais, constitucionais e normativo-internacionais do regramento que visa a proteger os indivíduos contra a escravidão nas relações de trabalho tal qual hodiernamente estruturado, mediante estudo da doutrina e da legislação correlatas.

O primeiro capítulo empreende uma breve abordagem do panorama histórico da escravidão no Brasil, suas origens no contexto da estrutura produtiva mercantilista, sua forma de organização e seu papel na economia colonial. Abordar-se-á também a abolição da escravatura, em fins do século XIX, bem como a persistência da prática na ilegalidade ao longo do século XX e seus paralelos com o sistema escravista colonial e da antiguidade.

No segundo capítulo, tratar-se-á das normas existentes sobre o tema na esfera internacional, as principais convenções e tratados, as normas conexas trazidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como pela Declaração de 1998 editada pela Organização Internacional do Trabalho.

O terceiro capítulo, por sua vez, abrangerá o tratamento dispensado pelo ordenamento jurídico brasileiro à superexploração de mão de obra. Empreender-se-á um recorte dos principais aspectos constitucionais atinentes ao tema, *pari passu* à explanação de como se dá, no plano filosófico-jurídico, a violação desses preceitos através da redução do

3 BALES (2004, pp. 12-3)

4 GREIDER *apud* BALES (2004, p. 13)

indivíduo à condição de escravo. Adentrar-se-á ainda nos aspectos criminais dessa ilicitude, mediante estudo do artigo 149 do Código Penal, sua abrangência e evolução após o advento da Lei nº 10.803/2003, que alterou-lhe substancialmente a forma de tipificação do delito.

Por fim, seguir-se-á uma breve exposição das principais frentes de enfrentamento da escravidão contemporânea nos limites territoriais brasileiros, seja por meio dos órgãos estatais – Poder Judiciário, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego – seja pela atuação de organizações não governamentais, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra, cujas atividades tem se alinhado às metas de erradicação do trabalho escravo a nível nacional e estrangeiro.

1 BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

1.1 A escravidão no Brasil de 1500 a 1888

A expansão marítima portuguesa, desde Vasco da Gama, já estruturava paulatinamente o que seria o sistema de produção mercantilista lusitano nos séculos XVI e seguintes. Nesse sentido, pode-se inferir que a colonização das terras que viriam a se tornar o Brasil pela Coroa Portuguesa foi de central influência para a construção de um sistema produtivo enraizado na exploração de escravos negros provenientes da costa ocidental do continente Africano. Tal fato se deu, em larga medida, pelo pioneirismo português no desenvolvimento do novo tipo de tráfico negreiro que embasou a economia das colônias americanas da Idade Moderna⁵.

Embora haja indícios de esparsas e efêmeras manifestações do trabalho escravo no medievo, mormente consistentes em sarracenos aprisionados durante as guerras pelo domínio da Península Ibérica, é certo que não se pode falar em um modo de produção escravagista tal qual outrora existente na Antiguidade, pois que incompatível com o surgimento do colonato livre. Os poucos muçulmanos de fato mantidos sob o jugo da escravidão foram logo convertidos em servos ou colonos, sendo a prática, dentro do feudalismo, não mais que a mera reincidência de um costume extinto⁶.

Em meados do século XV, contudo, os navegadores começam a tomar escravos negros na costa africana e levá-los às terras lusitanas, fazendo surgir o embrião do que seria a escravidão negra das colônias americanas, conforme leciona Gorender:

Os portugueses tornaram-se os pioneiros de novo tipo de tráfico na História Moderna, momentaneamente com uma tríplice destinação. Em primeiro lugar, a Coroa e os traficantes concessionários obtiveram uma fonte de grandes lucros na venda de negros à Espanha, à Itália e aos donos das plantagens produtoras de açúcar nas ilhas mediterrâneas. Em segundo lugar, os portugueses desenvolveram suas próprias plantagens escravistas nas ilhas da Madeira e de São Tomé, bem como, em menor grau, nos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde. Adquiriram, com isso, a experiência da organização plantacionista do fabrico e da exploração do trabalho escravo, de tal maneira que as ilhas atlânticas assumiram o caráter de embrião do que se reproduziria em escala imensamente maior no território brasileiro. E, por fim, o trabalho escravo se introduziu no próprio território metropolitano de Portugal. Milhares de negros foram absorvidos pelo serviço doméstico e pelos mais variados serviços urbanos, sobretudo em Lisboa, que chegou a ter um décimo de sua população constituída de negros. E, mais importante ainda, introduziram-se os escravos africanos na esfera produtiva da agricultura, utilizados no desbravamento das terras virgens e mesmo na rotina da produção agrícola. (GORENDER, 1980, pp. 124-5)

⁵ GORENDER (1980, p. 124)

⁶ SARAIVA *apud* GORENDER (1980, p. 124)

O início da colonização de fato do território brasileiro, após 1530, contudo, foi marcado pela tentativa frustrada de escravização dos autóctones que os colonizadores portugueses aqui encontraram, logo que os contatos com as tribos nômades extrativistas foram superados pelas ordens da Coroa de utilizar o território para exploração econômica plantacionista. Até o final do século XVI, a mão de obra indígena foi abundante na estruturação laboral da monocultura colonial portuguesa, tendo sido o escravo negro africano inserido na dinâmica colonial com a preponderância que hoje conhecemos apenas em meados do século XVII. As causas da ineficiência da escravização do índio, para muito além dos rasos estereótipos mais reiterados de que a “preguiça” fora óbice à exploração eficaz de sua mão de obra, envolvem fatores socioeconômicos das sociedades tradicionais ameríndias, como a organização do comunismo primitivo emergente e resistente às pressões modificadores dos portugueses, que tornou substancialmente dificultoso aos colonizadores a aculturação do autóctone⁷.

Somados ao interesse da Igreja em cristianizar os povos nativos, com a consequente aprovação da utilização do africano de pele escura, esses fatores desaguaram na inevitável adoção e assimilação da escravidão do negro africano como base do trabalho na colônia e parte indissociável do sistema monocultural de exploração econômica estabelecido pela metrópole. Essa simbiose restou aclarada pela lição de Caio Prado Júnior e compunha as entranhas do que foi a economia colonial dos séculos XVII e XVIII, senão veja-se:

Com a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil o trabalho escravo. Não só Portugal não contava população suficiente para abastecer sua colônia de mão de obra, como também, já o vimos, o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio, para se engajar como simples trabalhador assalariado do campo. A escravidão torna-se assim necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América. Nas inglesas do Norte, onde se tentaram a princípio outras formas de trabalho, aliás uma semiescravidão de trabalhadores brancos, os *indentured servants*, a substituição pelo negro não tardou muito. É aliás essa exigência da colonização dos trópicos americanos que explica o renascimento da escravidão na civilização ocidental em declínio desde fins do Império Romano, e já quase extinta de todo neste século XVI em que se inicia aquela colonização. (PRADO JR., 2011, pp. 126-127)

Desse modo, tem-se que a exploração da mão de obra escrava findou por compor não apenas a economia da colônia. Também sob o prisma sociológico, o que se observou foi que a prática permeou todo o corpo social, contribuindo significativamente e ditando os tons

7 GORENDER (1980, p. 132)

de algumas das características mais peculiares da sociedade brasileira, como as dinâmicas tangentes a questões étnicas, racismo e outro sem-número de exemplos que escapam ao objeto do presente trabalho. A prática não era apenas permitida, mas institucionalizada. O teor do artigo 6º a Constituição de 1824, por si só, exclui os escravos da titularidade da cidadania brasileira, com exceção dos libertos e dos “ingênuos”⁸.

O escravo, como qualquer outro bem móvel ou semovente, era tanguido pelo direito de propriedade de seu senhor – direito esse devidamente blindado pelos mecanismos jurídicos aptos para tal, a exemplo de institutos do Direito Civil moderno, que, ao longo dos séculos XVIII e XIX aportaram ao longo no ordenamento jurídico brasileiro, diretamente do cenário jurídico-normativo privado da Europa Continental, além de mecanismos repressores próprios do Direito Penal. O art. 14, § 6º do Código Penal do Império de 1830, por exemplo, concedia aos senhores a faculdade de castigar moderadamente seus escravos, estabelecendo o artigo 60 o limite diário de cinquenta chibatadas para tal. O diploma previa ainda, em seu artigo 113, o delito de *insurreição*, que consistia na reunião de vinte ou mais escravos “para haverem a liberdade por meio da força”, escravos considerados líderes eram punidos com a pena de morte “em grau máximo”, distribuindo ainda aos demais coautores penas de prisão perpétua e açoite, conforme os graus de culpabilidade. Incorria no delito do artigo 115 qualquer um que ajudasse, excitasse, ou aconselhasse escravos a insurgir-se, fornecendo-lhes armas, munições, ou outros meios para o mesmo fim, podendo ser punido com prisão de até vinte anos, com trabalhos forçados⁹.

Ainda nesse sentido, consignam Arno e Maria José Wehling como o escravo, na esfera penal, assumia uma dupla condição, de sujeito e objeto da relação jurídica: embora constituísse um bem sobre o qual incidia o direito de propriedade tipicamente liberal do senhor, era plenamente imputável para efeitos penais¹⁰.

A natureza jurídica da condição de escravo surgiu como um construto diferenciado do direito geral de propriedade, sobre o qual se aplicavam exceções de modo a viabilizar o usufruto de sua força de trabalho¹¹. Em razão de seu alto custo, a posse de escravos constituía sinal de status. O proprietário era visto como um indivíduo distinto, que gozava de fartura material inquestionável e, por isso, o “produto” era amplamente cobiçado até mesmo pelos colonos de menor poder aquisitivo.

E a cada grande ciclo econômico do Brasil colônia, a cultura escravista se

8 RODRIGUES (2012, p. 49)

9 RODRIGUES (2012, p. 49)

10 WEHLING, A.; WEHLING, M. J. (1999, p. 121)

11 MALHEIRO (1866, pp. 46-7)

enraizava mais na sociedade e na economia. Da cana-de-açúcar à cafeicultura paulista, das plantações de fumo à mineração, a mão de obra escrava foi maciçamente utilizada na construção da economia colonial brasileira. As estimativas apontam que, até 1855, cerca de quatro milhões de escravos africanos, em sua maioria jovens do sexo masculino, adentraram as terras brasileiras, movimentando lucros astronômicos para o esquema português de tráfico negreiro¹².

Esse quadro começou a mudar a partir primeira metade do século XIX, quando o capitalismo industrial inglês, já em suas primeiras décadas, precisou ter atendida a necessidade de mercados consumidores para o escoamento de suas mercadorias produzidas em larga escala. Interessava diretamente ao governo inglês, portanto, a extinção deste estrato social quantitativamente significativo, mas que não fazia jus a verbas salariais e, portanto, não era responsável por qualquer circulação de riqueza oriunda do consumo de bens e serviços. Assim, em 1826, num Brasil já independente, as pressões externas levaram à assinatura de um tratado com o governo britânico que visava à extinção do tráfico negreiro. A mentalidade colonial ainda arraigada aos meios de vida mercantilistas, contudo, reagiu com ferocidade ao acordo e parlamentares foram à tribuna usar da palavra em defesa do escravismo. Ambos os lados, ironicamente, reclamando para si os estandartes das ideias liberais, conforme leciona Alfredo Bosi:

O tratado anglo-brasileiro de 1826 já arrancara, de resto, protestos nacionalistas desde a sessão da Câmara de 1827, em que se propôs nada menos que a sua impugnação. O representante de Goiás, brigadeiro Cunha Matos, aplaudido por vários colegas, deplorou que os brasileiros tivessem sido "forçados, obrigados, submetidos e compelidos pelo governo britânico a assinar uma convenção onerosa e degradante sobre assuntos internos, domésticos e puramente nacionais, da competência exclusiva do livre e soberano legislativo e do augusto chefe da nação brasileira". Clemente Pereira, cujas antigas bandeiras maçônicas e ilustradas eram notórias, e que fora um dos pilares da Independência, também se pronunciou contra a ingerência britânica no controle dos navios negreiros; medida que verberou como "o ataque mais direto que se poderia fazer à Constituição, à dignidade nacional, à honra e aos direitos individuais dos cidadãos brasileiros". (BOSI, 1988)

Inobstante, o advento de legislação específica – consubstanciada na Lei nº 584, de 04 de setembro de 1850, ou Lei Eusébio de Queiroz – proibindo o tráfico negreiro paulatinamente enfraqueceu aquele mercado outrora extremamente lucrativo, na medida em que diminuiu sensivelmente a entrada de escravos africanos em território brasileiro, até que a atividade desaparecesse completamente, na segunda metade do século XIX¹³.

A partir de então, observou-se um gradativo fortalecimento dos movimentos

¹² FAUSTO (2003, p. 51)

¹³ FAUSTO (2003, p. 195)

abolicionistas perante a sociedade, concomitante à sucessão de atos estatais visando à extinção da escravidão, como a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, e a Lei dos Sexagenários (Decreto nº 2.270, de 28 de setembro de 1855).

Em fins do século XIX a ideologia escravista se mostrava flagrantemente enfraquecida e restrita às velhas zonas cafeeiras do Vale do Paraíba, que a defendiam tão somente em razão de serem os escravos elemento constitutivo das fortunas de alguns barões do café¹⁴.

Finalmente, ao dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, na regência do trono, aprova a abolição da escravatura. É sabido que, talvez em razão de seu forte caráter econômico, diretamente decorrente das pressões externas de adaptação aos novos modelos mercadológicos estabelecidos após a primeira Revolução Industrial, essa mudança significativa no corpo social do Brasil não tenha sido acompanhada de uma transformação estrutural apta a integrar de maneira eficaz o negro recém-liberto na dinâmica socioeconômica das áreas urbanas e rurais. A exclusão e a carência de meios materiais expunham esses grupos ao risco da reescravização em plenos primeiros anos da República, de forma que, embora livres, encontravam-se em situação de risco social extremo, conforme consigna Antônio Sérgio Alfredo Guimarães:

Nas relações de trabalho e no emprego da mão de obra, a aspiração republicana não vai mais além da disseminação do trabalho livre, que a Abolição instituiu; a aspiração a liberdade vê-se mesmo ameaçada por várias outras formas de trabalho servil, semisservil, e pelos inúmeros constrangimentos legais, econômicos, políticos, sociais e culturais ao exercício livre da força de trabalho, principalmente no campo. A começar pela ausência de um mercado nacional de trabalho. Aqui, ao contrário, a República representa, para a massa de homens recém-libertos, o perigo da reescravização, dada a ideologia das camadas sociais que chegam ao poder, ou, se não reescravização, ao menos abandono e exclusão social. (GUIMARÃES, 2011, pp. 30-31)

Linhas de pesquisa mais recentes apontam ainda para uma estreita relação entre escravidão e tráfico negreiro com o surgimento do tráfico sexual como conhecemos hoje. Tendo sido comum a prática de violência sexual contra cativas por parte de seus senhores ao longo de todo o período escravista, inclusive com a exploração econômica de seus serviços como prostitutas, a abolição funcionou, ainda que indiretamente, como motor para tráfico de mulheres europeias para o Brasil com fins de exploração sexual, com vistas a suprir um mercado clandestino golpeado pelo fim da escravidão institucionalizada. No início do século XX, um significativo contingente de prostitutas oriundas de países como Rússia, França,

14 MELLO (2005, p. 22)

Espanha, Itália, Portugal e Polônia foi registrado em São Paulo e no Rio de Janeiro, e cuja presença só se explica pela ação intensa dos agenciadores do tráfico sexual, incomum a imigração desses povos para o território brasileiro¹⁵.

1.2 O trabalho escravo no Brasil dos séculos XX e XXI

A abolição da escravatura, como se viu, não foi acompanhada de medidas estatais eficazes no sentido de regulamentar o então incipiente mercado de trabalho brasileiro, em fins do século XIX e início do século XX. Esse fato, somado à grande proporção de indivíduos em condições de miserabilidade e, portanto, vulneráveis, contribuiu para o ressurgimento do trabalho escravo no território brasileiro, ainda que, em circunstâncias jurídicas distintas, uma vez que, a partir de 1940, o Código Penal brasileiro já criminalizava o ato. Além disso, em 1943 o advento da Consolidação das Leis do Trabalho tendeu a modificar drasticamente as relações trabalhistas em favor do obreiro, o que, analisado no panorama jurídico geral, relegava a exploração de mão de obra escrava a um contexto ainda mais marginalizado.

Inobstante, ao longo do século XX, principalmente em sua segunda metade, relatos dessa exploração começaram a surgir. Entre os mais notórios encontram-se os ocorridos durante a ocupação da Amazônia na década de 1970, quando da concessão incentivos financeiros e fiscais concedidos pelo governo militar aos grandes latifúndios no intuito de desenvolver a economia da região. Em pouco tempo começaram a surgir denúncias de que o aliciamento dos trabalhadores se dava de forma ardilosa, envolvendo promessas de condições paradisíacas para a prestação do serviço quando, na verdade, os aliciados eram tragados pela servidão por dívida, sendo obrigados a pagar pelos próprios instrumentos de trabalho, em condições de total informalidade e flagrante insalubridade, não tendo sido poupados sequer idosos e crianças¹⁶.

Da Amazônia sabe-se que, desde o ciclo da borracha – que teve seu auge nos idos de 1910, embora com uma espécie de sobrevida até a metade da década de 1940 – há uma forte tendência de precarização das relações de trabalho e utilização de meios tipicamente escravagistas de exploração da força de trabalho. O sistema de barracões estabelecido para a exploração da atividade seringueira dava origem a um tipo de aglomerado social complexo, isolado dos núcleos urbanos, uma “comunidade humana, econômica e social de trabalho, que envolvia múltiplas funções e abrangia um grande universo de seringueiros, mateiros, comboieiros, capatazes, roceiros, fiéis de depósitos, auxiliares de escrita, guarda-livros, todos

15 RODRIGUES (2012, pp. 54-56)

16 MELLO (2005, pp. 25-6)

eles personagens e atores, a viver nas terras de seringa e castanha”¹⁷.

Este cenário deu azo ao desenvolvimento de formas extremamente degradantes de exploração dos seringueiros: o exemplo mais notório é o aviamento, sistema de barracão ou *truck-system*, no qual o seringueiro é obrigado, principalmente pelas circunstâncias geográficas da prestação do serviço, a adquirir a quase totalidade dos bens necessários à sua subsistência do próprio seringueiro, a preços substancialmente inflacionados a serem descontados de seu pagamento, findando tragados pela servidão por dívida.

Hodiernamente, em pleno século XXI, se tem observado o surgimento de situações juridicamente ainda mais complexas, envolvendo impasses que dialogam inclusive com o Direito Internacional, a exemplo da superexploração dos imigrantes indocumentados, especialmente bolivianos e peruanos. Em 2011, grandes corporações do ramo de confecções passaram a ser investigadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e os fatos apurados revelaram-se aterradoras:

O quadro descortinado pela fiscalização trabalhista incluía trabalho infantil, contratações completamente ilegais, condições degradantes, jornadas exaustivas de até 16 horas diárias, cerceamento de liberdade (seja pela cobrança e desconto irregular de dívidas dos salários, o chamado *truck system*, seja pela proibição de deixar o local de trabalho sem prévia autorização) e até discriminação racial. Foram colhidos ainda fortes indícios (anotações em cadernos de cobranças) de tráfico de pessoas. Apesar do clima de medo, uma das vítimas confirmou que só conseguia sair do local com a autorização do dono da oficina, concedida apenas em casos urgentes, como quando teve de levar seu filho ao médico. [...] as oficinas de costura serviam também de moradia para famílias inteiras. Os ambientes superlotados eram sujos e sem ventilação. Crianças circulavam entre as máquinas de costura, e a fiação elétrica ficava toda exposta. Era iminente o perigo de incêndio, que poderia tomar grandes proporções devido à quantidade de tecidos espalhados pelo chão e à ausência de janelas, além da falta de extintores. (HASHIZUME, 2011)

Em 2012, outros casos foram investigados, em operação conjunta do Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego e Polícia Federal, mais especificamente atinentes à utilização de mão de obra análoga à escrava em oficinas de costura no interior de São Paulo, bem como na zona norte da capital paulista. As investigações descortinaram ocorrências de retenção de documentos, servidão por dívida e toda sorte de condições indignas de trabalho, que os fiscais findaram por reputar análogas à escravidão¹⁸.

As ocorrências pululantes dessa prática nos levam a refletir qual sorte de fatores se coadunam no sentido de influenciar o surgimento e a persistência da escravidão contemporânea na economia global. Nesse sentido – levando em conta a presença de

17 BENCHIMOL (2004, p.161)

18 PROFISSÃO REPÓRTER. Disponível no site: <http://globotv.globo.com/rede-globo/profissao-reporter/t/extras/v/ministerio-do-trabalho-fiscaliza-oficina-de-costura-irregular-no-interior-de-sao-paulo/2078559/>. Acesso em 01/10/2013.

constantes como a corrupção das instituições governamentais, o significativo aumento populacional ao longo do século XX, bem como a acentuada má distribuição de renda – Bales traz uma substancial demonstração da viabilidade e da atual rentabilidade econômico-financeira da exploração de força de trabalho escrava na economia globalizada em comparação à chamada “velha escravidão”¹⁹, o que não deixa de se mostrar tragicamente aplicável ao caso brasileiro, senão veja-se:

Pela primeira vez na história humana há uma absoluta fartura de escravos em potencial. É uma dramática ilustração das leis de oferta e demanda: com tantos possíveis escravos, seu valor despencou. Escravos são hoje tão baratos que se tornaram rentáveis em diversos tipos de trabalho, tendo mudado totalmente a forma como são vistos e usados.[...] A natureza da relação entre escravos e seus exploradores foi fundamentalmente alterada. A nova descartabilidade aumentou dramaticamente o lucro obtido com um escravo, diminuiu o período de tempo durante o qual uma pessoa era escravizada, e tornou a questão da propriedade menos importante. (BALES, 2008, p. 14)²⁰

Atente-se para o fato de que, também no plano jurídico, a escravidão contemporânea guarda significativas diferenças em relação à praticada no Brasil antes de 1888. Pode-se observar, de pronto, que a escravidão tal qual conhecida nos séculos XVI a XIX era institucionalizada e juridicamente aceitável, de forma que ao escravo não era inerente a condição de sujeito das mesmas liberdades das quais dispunham os homens livres.

Assim sendo, a criminalização da prática no ordenamento jurídico pátrio aproxima-se discretamente do *plagium* do Direito Romano, delito previsto na *Lex Fabia de plagiaris*, do século II A.C, que consistia na violação do *status libertatis* do homem livre, e não da escravização amparada por todo um sistema jurídico, político e social²¹. Com a devida vênia – pois aqui nos proporemos a adiantar algumas poucas colocações do Capítulo 3 deste estudo – tem-se por válido dizer por ora que o delito consistente na escravização indevida de sujeito livre por natureza, atentando contra o *status libertatis*, conforme aponta o item 51 da Exposição de Motivos do Código Penal, *verbis*:

No artigo 149, é prevista uma entidade criminal ignorada do Código vigente: o fato de reduzir alguém, por qualquer meio, à condição análoga à de escravo, isto é, suprimir-lhe, de fato, o *status libertatis*, sujeitando-o o agente ao seu completo e

19 O autor lança mão da dicotomia *Old Slavery VS. New Slavery* para ilustrar as diferenças entre a escravidão contemporânea e seu embrião, pilar do capitalismo mercantilista pré-industrial.

20 Tradução livre. No original: “For the first time in human history there is an absolute glut of potential slaves. It is a dramatic illustration of the laws of supply and demand: with so many possible slaves, their value has plummeted. Slaves are now so cheap that they have become cost-effective in many kinds of work, completely changing how they are seen and used.[...] The nature of the relationship between slaves and slaveholders has fundamentally altered. The new disposability has dramatically increased the amount of profit to be made from a slave, decreased the length of time a person would normally be enslaved, and made the question of legal ownership less important.”

21 BRITO FILHO (2013, pp. 71-2)

discrecionário poder. É o crime que os antigos chamavam *plagium*. Não é desconhecida a sua prática entre nós, notadamente em certos pontos remotos do nosso *hinterland*.

Lembra-nos, todavia, José Cláudio Monteiro de Brito Filho²², das grandes diferenças entre o *plagium* romano e o delito previsto no artigo 149 do Código Penal, devidamente apontadas por Cezar Roberto Bitencourt:

O Direito Romano punia a escravização do homem livre e a comercialização de escravo alheio. Há, na verdade, uma grande diferença entre o plagio dos romanos e a redução a condição análoga à de escravo do Direito moderno: o bem jurídico protegido. Modernamente, não se reconhece a escravidão como lícita, criando-se então, pela coação do agente, uma situação de fato, permanentemente ilegítima (BITENCOURT, 2012: p. 429)

Ante o exposto, urge que passemos ao estudo do atual tratamento jurídico ao tema, inicialmente no que tange ao regramento jurídico-internacional e, em seguida, no que concerne ao ordenamento brasileiro.

22 BRITO FILHO (2013, pp. 69-72)

2 REGRAMENTO JURÍDICO-INTERNACIONAL CONEXO.

A disseminação do trabalho escravo pelas mais variadas localidades do planeta, em pleno século XX, deu ensejo a diversas articulações do direito internacional direcionadas ao combate da prática a nível mundial. Índia, Paquistão, Mauritânia, Tailândia são apenas alguns dos exemplos de países que têm de lidar com a mácula em sua história recente, embora possamos citar casos, ainda que esparsos, em nações costumeiramente postas como baluartes do desenvolvimento econômico e social, como a França²³.

A própria criação da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 1919, pode ser apontada como um sinal claro de que um arcabouço jurídico-filosófico internacional emergia das cinzas do século XIX, no intuito de garantir a efetividade de direitos trabalhistas historicamente construídos.

A essência da primeira Conferência Internacional do Trabalho denotou esse norte com muita propriedade: as seis primeiras convenções adotadas diziam respeito às maiores reivindicações do movimento sindical do fim do século XIX: a limitação da jornada de trabalho a 8 diárias e 48 semanais, proteção à maternidade, à luta contra o desemprego, à definição da idade mínima de 14 anos para o trabalho na indústria e à proibição do trabalho noturno de mulheres e menores de 18 anos²⁴.

Como não poderia deixar de ser, também o combate à escravidão contemporânea passou a compor a agenda da OIT e, conseqüentemente, da Organização das Nações Unidas.

Em 1948, após a barbárie da Segunda Grande Guerra, foi proclamada pela Organização das Nações Unidas a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, que reforçou o acervo filosófico do Direito Constitucional Internacional no século XX também no que tange à proteção dos direitos do homem trabalhador, como a seguir veremos.

23 Além das ocorrências massivas de escravidão contemporânea em países periféricos, Kevin Bales (2004) colheu ainda relatos espantosos da prática em países europeus. É o caso da jovem Seba, retirada de sua família em Mali quando criança sob a promessa de que aprenderia francês em Paris e que retornaria para prover à sua família uma vida melhor. A jovem acabou sendo mantida como escrava pela família que a adotou, precipuamente para a realização de serviços domésticos. Só foi libertada aos 22 anos de idade, após denúncia de um vizinho. Sua alimentação limitava-se a sobras, sofreu severas agressões físicas e sexuais ao longo da infância e adolescência, jamais aprendeu o francês e sequer frequentou a escola. Já na vida adulta, seu desenvolvimento intelectual era similar ao de uma criança de 5 anos e era incapaz de compreender os mais básicos conhecimentos da vida cotidiana, como a contagem do tempo em dias, meses e anos.

24 História da OIT. Disponível em: < <http://www.oit.org.br/content/historia>>. Acesso em 05/11/2013.

2.1 A Declaração Universal dos Direitos Humanos

2.1.1 A dignidade da pessoa humana como fundamento para a existência de um direito humano universal

A ideia de Direitos Humanos foi edificada sobre os alicerces de uma concepção historicamente construída da necessidade do estabelecimento de um patamar mínimo de garantias universais ao bem viver do ser humano.

De início, cumpre traçar algumas distinções terminológicas, precipuamente entre os conceitos de *direitos humanos* e *direitos fundamentais*. A esse respeito, leciona Willis Santiago Guerra Filho:

De um ponto de vista histórico, ou seja, na dimensão empírica, os direitos fundamentais são, originalmente, direitos humanos. Contudo, estabelecendo um corte epistemológico, para estudar sincronicamente os direitos fundamentais, devemos distingui-los, enquanto manifestações positivas do direito, com aptidão para a produção de efeitos no plano jurídico, dos chamados direitos humanos, enquanto pautas ético-políticas, situadas em uma dimensão suprapositiva, deonticamente diversa daquela em que se situam as normas jurídicas. (GUERRA FILHO, 1997, p. 12)

O fundamento da ideia de uma universalidade de direitos básicos do indivíduo, repousa no postulado da Dignidade da Pessoa Humana, conforme leciona Brito Filho, constituindo pois o núcleo duro daquele rol de direitos, o “Princípio base dos Direitos Humanos”²⁵. Nesse sentido, para efeito deste estudo, fazemos coro a Brito Filho na divergência a Bobbio, que pugna pela impossibilidade da existência de um fundamento absoluto para os Direitos Humanos em favor da existência de diversos fundamentos. Além disso, o jurista italiano aponta para a potencial revelação de antinomias entre os direitos invocados pelos indivíduos nesse contexto, senão veja-se:

Todas as declarações recentes dos direitos do homem compreendem, além dos direitos individuais tradicionais, que consistem em liberdades, também os chamados direitos sociais, que consistem em poderes. Os primeiros exigem da parte dos outros (incluídos aqui os órgãos públicos) obrigações puramente negativas, que implicam a abstenção de determinados comportamentos; os segundos só podem ser realizados se for imposto a outros (incluídos aqui os órgãos públicos) um certo número de obrigações positivas. São antinômicos no sentido de que o desenvolvimento deles não pode proceder paralelamente: a realização integral de uns impede a realização integral dos outros. Quanto mais aumentam os poderes dos indivíduos, tanto mais diminuem as liberdades dos mesmos indivíduos. (BOBBIO, 1992: p. 21)

Bobbio aponta, assim, para a heterogeneidade e para a variabilidade dos Direitos Humanos como justificativa para a inexistência desse fundamento. Além disso, acrescenta que

25 BRITO FILHO (2013, p. 29)

os valores supremos da convivência humana não se justificam, sendo tão somente assumidos pelas diferentes comunidades existentes.

Com a devida vênia, alinhamo-nos à ideia de Brito Filho de rechaçar essa concepção do célebre jurista italiano. Embora no caso concreto as circunstâncias possam dar ensejo ao surgimento de conflitos entre esses direitos, esses atritos não são mais que manifestações da profunda complexidade e da extensão dos Direitos Humanos, não constituindo empecilho à existência de um fundamento uno²⁶.

Em semelhante posicionamento, admitindo a dificuldade de se encontrar uma definição precisa para *direito humano*, Comparato também diverge de Bobbio, ao asseverar que:

Se o direito é uma criação humana, o seu valor deriva, justamente, daquele que o criou. O que significa que esse fundamento não é outro, se não o próprio homem, considerado em sua dignidade substancial de pessoa, diante da qual as especificações individuais e grupais são sempre secundárias. (COMPARATO, 1998, pp. 9-10).

De forma sintética, porém não menos eficiente, Brito Filho define *Direitos Humanos* como “o conjunto de direitos necessários à preservação da dignidade da pessoa humana”²⁷.

Neste ponto cumpre abordar a nível mais abstrato a controvérsia sobre a dignidade da pessoa humana enquanto instituto jurídico-filosófico, uma vez que seu aspecto positivo constitucional será devidamente analisado no tópico 4 deste trabalho.

Desde Kant a dignidade humana tem sido trabalhada a partir da razão e a uma distância segura da metafísica puramente religiosa. Em *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, o filósofo alemão traça a dicotomia entre *preço* e *dignidade* no reino dos fins: se tem preço, pode uma coisa ser substituída por outra equivalente. Tudo aquilo que é dotado de *dignidade*, por sua vez, tem em si inscrito um status diferenciado, permanecendo acima de todo o preço e, portanto, inadmite equivalente, torna-se absolutamente infungível²⁸.

A partir de Kant, alinham-se os entendimentos de Ingo Wolfgang Sarlet e José Afonso da Silva ao conceber um conceito de dignidade como qualidade que “não pode ser renunciada ou alienada, de tal sorte que não se pode falar na pretensão de uma pessoa de que lhe seja concedida dignidade, posto que o atributo lhe é inerente dada a própria condição humana”²⁹.

26 BRITO FILHO (2013, pp. 37-8)

27 BRITO FILHO (2013, p. 29)

28 KANT (1964, p. 32)

29 SILVA, J. A. *apud* SARLET (2008, p. 2)

Habermas, por sua vez, analisa o conceito de dignidade sob o prisma de sua intersubjetividade neomarxista, superando uma justificação eminentemente especista, reducionista e vulnerável. Na perspectiva intersubjetiva do filósofo alemão, explica Sarlet³⁰, a intangibilidade da dignidade da pessoa se funda na “simetria” interpessoal – emergiria, pois, das relações humanas enquanto marcadas estas pelo respeito e consideração:

Como deseo mostrar, la “dignidad humana” en estricto sentido moral y legal está ligada a esta simetría de las relaciones. No es una propiedad que se “posea” por naturaleza como la inteligencia o los ojos azules, sino que, más bien, destaca aquella “inviolabilidad” que únicamente tiene algún significado en las relaciones interpersonales de reconocimiento recíproco, en el trato que las personas mantienen entre ellas. No utilizo “inviolabilidad” como sinónimo de “indisponibilidad” porque el precio a pagar por una respuesta *posmetafísica* a la pregunta de qué trato debemos dar a la vida humana prepersonal no puede ser la determinación *reduccionista* del ser humano y la moral. (HABERMAS, 2002: pp. 50-51)

É dizer: em Habermas, o ser natural somente se torna indivíduo dotado de racionalidade – aspecto que em outros autores imprimiu-lhe a dignidade – quando inserido no âmbito do espaço público da vida em comunidade³¹.

No processo de desenvolvimento da categoria ao longo das décadas, emerge a concepção de uma gradativa diferenciação evolutiva de seu conceito, que verifica-se muito evidente ao observarmos a estrutura filosófica elaborada pelo jurista francês Karel Vasak de *gerações* ou, sob uma ótica mais recente, *dimensões* sob a qual surgiram esses institutos ao longo de sua evolução, em claro paralelo ao célebre lema da Revolução Francesa. Nesse sentido, leciona Flávia Piovesan:

A este respeito, particularmente útil é a noção de “três gerações de direitos humanos” elaborada pelo jurista francês Karel Vasak. Sob a inspiração dos três temas da Revolução Francesa, estas três gerações de direitos são as seguintes: a primeira geração se refere aos direitos civis e políticos (*liberté*); a segunda geração aos direitos econômicos, sociais e culturais (*égalité*); e a terceira geração se refere aos novos direitos de solidariedade (*fraternité*). (PIOVESAN, 1998)

Assim sendo, a primeira geração diz respeito aos “direitos e garantias dos indivíduos a que o Estado omite-se de interferir em uma sua esfera juridicamente intangível”³².

A chamada segunda geração coincide aos direitos sociais e econômicos, insculpidos na Constituição Brasileira no caput de seu artigo 6º, além dos culturais. São aqueles cujo reconhecimento data de fins do século XIX e início do século XX, quando a

30 SARLET (2009, p. 371)

31 SARLET (2009, p. 371)

32 GUERRA FILHO (1997, p. 13)

explosão das demandas próprias da social democracia e dos ideais socialistas, em meio à crise do Paradigma do Estado Liberal, desaguou na ascensão do Estado de Bem-Estar Social.³³

A terceira geração, por sua vez, diz respeito aos direitos de Fraternidade, ou seja, engloba o direito a um meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida e ao progresso. Conforme demonstra Flávia Martins André da Silva, trata-se de um rol de direitos com “um alto teor de humanismo e universalidade”, uma vez que transcendem a mera proteção de indivíduos ou de uma classe. Refletiriam, pois, “sobre os temas referentes ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, à comunicação e ao patrimônio comum da humanidade”³⁴.

Autorizada doutrina, contudo, aponta como inadequada a utilização do termo *geração*, preferindo *dimensões* de direitos do indivíduo, da coletividade e do gênero humano³⁵. Brito Filho, por exemplo, apresenta os riscos trazidos pelo termo *gerações* de, ao trazer em seu bojo uma semântica relativa a cronologia, imprimi-la aos direitos humanos, gerando a impressão equivocada de que um rol de direitos humanos poderia suplantir seu antecessor³⁶.

Cançado Trindade, por sua vez, empreende uma crítica pertinente à própria tese das gerações de direitos humanos. É que a divisão se torna uma concepção sectária ao dividir os direitos humanos em grupos delimitados, de execução e natureza diferenciados, muitas vezes inviabilizando uma efetividade uma para todos eles³⁷, senão veja-se:

Por que razão a discriminação é combatida e criticada somente em relação aos direitos civis e políticos e é tolerada como inevitável em relação aos direitos econômicos, sociais e culturais? Porque são supostamente de "segunda geração" e de realização progressiva. Então, vemos uma condenação absoluta de qualquer tipo de discriminação quando se trata do direito individual, ou mesmo de direitos políticos, mas uma tolerância absoluta quando se trata de disparidades em matéria de salários, de renda e assim por diante. Em vez de ajudar a combater esta visão atomizada, essa teoria das gerações dos direitos valida esse tipo de disparidade [...]. [No entanto], no caso da China, para os chineses, ao contrário dos norte-americanos, os verdadeiros direitos são econômicos e sociais. Os direitos civis e políticos, os direitos ao devido processo ficam para o século XXI ou para o século XXII³⁸

Apesar das críticas, é certo que o surgimento histórico da Declaração Universal de 1948 se deu com base nas ideias que serviram de estandarte para eventos históricos fundamentais para a conformação paradigmática da modernidade. O documento constitui o fruto de um processo histórico iniciado ainda em fins do século XVIII, com a Independência

33 BENEVIDES (2004, p. 10)

34 SILVA, F. M. A. (2006, p. 4)

35 GUERRA FILHO (1997, p. 13)

36 BRITO FILHO (2013, p. 28)

37 SEGATO (2006)

38 CANÇADO TRINDADE (2000) *aupd* SEGATO (2006)

dos Estados Unidos da América e com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, e a partir das quais se deu uma reestruturação da ética ocidental, passando-se a fundamentar a igualdade entre os seres humanos em sua dignidade, como “fonte de todos os valores”³⁹, independente de quaisquer distinções, conforme assevera seu Artigo II, *verbis*:

Artigo II: Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Quanto à sua força jurídica, aduz-se que, tecnicamente, a Declaração constitui não mais que uma *recomendação* elaborada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a seus membros, conforme lhe autoriza o Artigo 10 da Carta das Nações Unidas⁴⁰.

Comparato, todavia, critica esse entendimento por excesso de formalismo, uma vez que a concepção hodierna de direitos humanos lhes concede vigência independentemente de consagração expressa em tratados e convenções internacionais, constituições e diplomas legais, devendo a dignidade humana estar blindada contra todos os poderes estabelecidos, sejam eles oficiais ou não. Ademais, o artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça reconhece ser o direito internacional também constituído pelos costumes e princípios gerais do direito. Nesse sentido, desarrazoado seria conceber o diploma fundamental dos direitos humanos apartado do que se compreende por costumes e princípios gerais do direito. Os direitos humanos estariam, pois, intimamente vinculados às próprias fontes do direito internacional⁴¹.

2.1.2 Os direitos do homem-trabalhador

Conforme Carmen Lúcia Antunes Rocha, “o trabalho e a condição do homem-trabalhador enfatizam a extinção da figura do escravo, tendo-se o homem como o sujeito de sua produção e não objeto que com ela se confunde”⁴². Diante disso, temos que, no que tange à abordagem jurídica da escravidão contemporânea sob o prisma dos direitos humanos, mostra-se imprescindível delimitar o âmbito teórico dos direitos especificamente incidentes sobre a figura do homem-trabalhador, uma vez que constituem estes os institutos usualmente violados quando da ocorrência da redução de outrem à condição análoga à de escravo.

De início, consigne-se que os direitos do homem-trabalhador situam-se entre os

39 COMPARATO (2001, p. 226)

40 COMPARATO (2001, p. 226)

41 COMPARATO (2001, p. 227)

42 ROCHA (1999, p. 13)

englobados pela chamada segunda *geração* ou *dimensão*, qual seja, aquela que engloba os direitos econômicos e sociais. Atente-se para o fato de que os direitos de segunda dimensão não se limitam aos direitos trabalhistas, indo muito além destes. Há uma correspondência entre os direitos sociais em sua construção doutrinária e o artigo 6º da Constituição Brasileira, cujo teor do caput dá conta da extensão da categoria para muito além dos institutos reguladores das relações de trabalho, abrangendo, ainda, aspectos como educação, saúde, previdência social, alimentação e moradia.

Com efeito, há de se atentar para a grande importância dos direitos sociais no que tange à própria efetivação, no plano de uma concretude fática, dos direitos de primeira dimensão. Observar-se-ia, sem a manutenção dos direitos sociais, uma perda de significado das liberdades públicas⁴³, que quedariam reduzidas a não mais que letra morta. Ora, não há se falar em exercício efetivo de liberdades individuais de qualquer monta se ausentes as condições materiais mínimas à sobrevivência do ser humano. Consigna Alexy, parafraseando Lorenz von Stein:

La libertad es sólo real cuando se poseen las condiciones de la misma, los bienes materiales y espirituales en tanto presupuestos de la autodeterminación”, citando também a Suprema Corte Alemã, ao afirmar que “el derecho de libertad no tendría valor alguno sin los presupuestos fácticos para poder hacer uso de él⁴⁴.

Ainda nesse sentido, José Afonso da Silva:

[...] Os *direitos sociais*, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade. Valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao auferimento da igualdade real. (2012: pp. 286-7)

Isso não significa que os direitos de primeira e terceira *dimensão* não exerçam influência direta sobre o rol de garantias que devem blindar a figura do homem-trabalhador dentro da ordem jurídica.

No que se refere aos direitos de primeira dimensão, sabe-se que seu surgimento se deu de forma muito restrita, a favorecer as elites sociais, políticas e econômicas em detrimento da maior parte da sociedade⁴⁵. Todavia, tem-se que esses direitos se tornam de grande valia para a concretização dos direitos do homem-trabalhador, principalmente quando complementados pelos direitos de segunda e terceira dimensão. As liberdades civis e políticas,

43 TAVARES (2009, p. 797)

44 STEIN *apud* ALEXY (1993, pp. 486-487)

45 DELGADO, M. G. (2007, p. 12)

transpostas para a relação de trabalho e conforme concebidas pelo pensamento jurídico contemporâneo, adquirem teor mais abrangente. É dizer, os direitos de primeira *dimensão* são complementados pela segunda, de forma que sua efetividade se concretize também nas relações de trabalho, âmbito afastado do meio elitista em que surgiram aqueles.

A liberdade, por exemplo, transcende a individualidade pugnada pela sua concepção setecentista para abranger o trabalhador como característica fundante do trabalho no sistema capitalista – o trabalho subordinado, mas livre, ao contrário das formas anteriormente adotadas de servidão e escravidão. Essa liberdade reflete-se também na possibilidade de organização dos trabalhadores em entidades sindicais livres da ingerência do Estado ou de entes privados e seu papel fundamental na defesa dos interesses do homem-trabalhador, conforme leciona Godinho Delgado:

A liberdade desses trabalhadores subordinados lhes permitiu, ao longo da História capitalista, agregar-se e se organizar; com isso, tornaram-se capazes de pressionar seus tomadores de serviços, no plano da sociedade civil, pressionando também o Estado, de modo a alcançar a elaboração de ramo jurídico especializado que lhes conferisse efetiva afirmação no plano socioeconômico e cultural. (DELGADO, M. G., 2007, p. 35)

A liberdade contratual, típica da autonomia privada civilista clássica, também se adapta à realidade juslaboral quando transplantada às relações de trabalho. A autonomia da vontade tem uma dinâmica diferenciada nessas relações, é dizer, enquanto por parte dos empregadores há uma tendência à proliferação do contrato de adesão, limitando-se a autonomia do obreiro, em contrapartida tem-se que a autonomia do empregador também resta contingenciada pelas normas imperativas trabalhistas fundadas no princípio protetivo⁴⁶. Seria, portanto, equivocado dizer que essa limitação consiste numa simples extirpação do direito fundamental à liberdade conforme concebido em sua origem. Na realidade, essa característica constitui uma adaptação construída a partir da experiência histórica do direito do trabalho visando a efetivação do preceito fundante dos próprios direitos fundamentais, qual seja, a dignidade humana. É nesse sentido se posiciona Godinho Delgado, ao afirmar que “esse plano normativo de regulação do contrato de emprego assegura o mais elevado padrão de afirmação do valor-trabalho e da dignidade do ser humano em contextos de contratação laborativa pela mais ampla maioria dos trabalhadores na sociedade capitalista”⁴⁷.

Os direitos de terceira dimensão, por sua vez, só recentemente têm ganhado mais espaço no mundo jurídico, porém trazem uma contribuição vultuosa à teoria dos direitos

46 DELGADO, M. G. (2012, p. 516)

47 DELGADO, M. G. (2007, p. 26)

humanos. Os chamados “direitos de fraternidade” buscam um valor fundante na solidariedade, de forma a propor reformas estruturais que modifiquem a própria essência do ser humano, conforme aponta Teori Albino Zavascki:

Ganha força e valorização a idéia de que o verdadeiro Estado de Direito - de liberdade e de igualdade entre as pessoas - somente poderá ser construído com reformas não apenas das leis ou das estruturas de poder. A reforma mais urgente, mais profunda, e certamente a mais difícil, mas que precisará ser feita, é a reforma do próprio ser humano, é a renovação dos espíritos, é a mudança que se opera pela via do coração. O século XXI há de ser marcado, necessariamente, pelo signo da fraternidade. O Estado do futuro não deverá ser apenas um Estado liberal, nem apenas um Estado do social: precisará ser um Estado da solidariedade entre os homens. (ZAVASCKI, 1998, p. 06)

A ideia de direitos fundados num princípio solidário a reger as relações humanas é, por si, flagrantemente incompatível com a exploração da escravidão, na medida em que se estrutura como antítese da exploração desmedida do homem pelo homem.

A terceira dimensão, além disso, constitui-se dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, que, por sua vez, tem o condão de abranger um contingente indefinido ou quase indefinido de indivíduos, agregados em um conjunto ocasional por uma circunstância fática comum, a exemplo da coabitação em um mesmo município, pertencimento a uma mesma etnia ou a identificação com um mesmo referencial histórico⁴⁸.

Essa nova forma de identificação dos sujeitos de direitos pode exercer, sobre os direitos de segunda dimensão, uma complementação, de forma a conferir-lhes mais abrangência e, conseqüentemente, maior efetividade prática.

Situados os direitos do homem-trabalhador dentro da segunda dimensão dos direitos humanos e reconhecida a importância deste rol de garantias para a efetividade da própria ideia de direitos humanos, tem-se que, na Declaração Universal, as disposições que compõem o mínimo de direitos do homem-trabalhador concentram-se, precipuamente, nos artigos XXIII e XXIV, *verbis*:

Artigo XXIII

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.

48 PINHO (2007, p. 319)

Artigo XXIV

Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.

Malgrado imprescindíveis, atente-se para o fato de que esses dispositivos enumeram tão somente uma espécie de piso civilizatório, um mínimo existencial no que atine aos direitos do trabalhador, eis que, de pronto, percebe-se que não inclui expressamente a proteção à saúde do trabalhador. Tampouco prevê – com a ressalva de uma menção genérica no artigo II da Declaração – tratamento igualitário entre os postulantes ou ocupantes de um emprego. Esse rol básico é mais profundamente desenvolvido como objeto das assim denominadas “convenções fundamentais” da OIT, quais sejam, as número 87 e 98 (liberdade sindical), 138 e 182 (vedação do trabalho a jovens abaixo de uma idade mínima), 100 e 111 (proibição da discriminação no âmbito laboral) e, *last but not least*, as convenções de número 29 e 105, que versam sobre trabalho forçado⁴⁹ e sobre as quais trataremos mais adiante.

Esse conjunto mínimo de direitos toma contrastes ainda mais expressivos em 1992, com a aprovação do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O Pacto elenca um expressivo rol de direitos a serem garantidos pelos Estados signatários, entre eles o Brasil, e entre os quais apontemos o artigo 7º, cujo teor explicita a preocupação da comunidade internacional em erradicar o trabalho escravo:

Artigo 7

Os Estados Partes do presente pacto o reconhecem o direito de toda pessoa de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis, que assegurem especialmente:

a) uma remuneração que proporcione, no mínimo, a todos os trabalhadores:

i) um salário equitativo e uma remuneração igual por um trabalho de igual valor, sem qualquer distinção; em particular, as mulheres deverão ter a garantia de condições de trabalho não inferiores às dos homens e receber a mesma remuneração que ele por trabalho igual;

ii) uma existência decente para eles e suas famílias, em conformidade com as disposições do presente Pacto.

b) a segurança e a higiene no trabalho;

c) igual oportunidade para todos de serem promovidos, em seu trabalho, à categoria superior que lhes corresponda, sem outras considerações que as de tempo de trabalho e capacidade;

d) o descanso, o lazer, a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.

2.2 Principais convenções da OIT

O início do século XX, como já vimos, foi decisivo no cenário do direito internacional no que tange à proteção jurídica da classe trabalhadora. Um dos maiores símbolos da luta pela preservação do direito a um trabalho digno foi, indubitavelmente, a

49 BRITO FILHO (2013, pp. 45-6)

fundação da Organização Internacional do Trabalho.

Criada em 1919 como parte do Tratado de Versalhes, constitui a única agência do Sistema de Nações Unidas estruturada segundo uma conformação tripartite, reunindo para fim de suas deliberações, além dos governos estabelecidos, representantes de organizações de empregadores e trabalhadores.

Fruto desse intuito de integrar interesses externos às agendas oficiais ditadas por políticas governamentais não raro divergentes, grande número de convenções encontra-se hoje em vigência a funcionar como arcabouço jurídico-internacional para a promoção do trabalho digno.

No que tange ao trabalho escravo, tem-se de suma importância para o desenvolvimento desta análise o estudo, dentro do rico arcabouço jurídico que compõe a proteção do homem-trabalhador contra o trabalho escravo, das duas principais convenções tratando sobre o assunto, a saber, as de número 29 e 105.

A convenção nº 29 de 1930 consubstanciou a primeira atividade normativa da OIT visando a abolição do trabalho escravo. Já adentrando a questão da diferença terminológica entre a OIT e a lei brasileira, temos que a supracitada convenção lançou um conceito inicial para *trabalho forçado* em seu artigo 2º, *verbis*:

Artigo 2º

1. Para fins desta Convenção, a expressão "trabalho forçado ou obrigatório" compreenderá todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente.

Por outro lado, excluía da definição o serviço militar obrigatório, o trabalho executado por força de sentença judicial, enquanto exigidos sem interferência de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, bem como os exigidos em caso de força maior.

2. A expressão "trabalho forçado ou obrigatório" não compreenderá, entretanto, para os fins desta Convenção:

- a) qualquer trabalho ou serviço exigido em virtude de leis do serviço militar obrigatório com referência a trabalhos de natureza puramente militar;
- b) qualquer trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas comuns de cidadãos de um país soberano,
- c) qualquer trabalho ou serviço exigido de uma pessoa em decorrência de condenação judiciária, contanto que o mesmo trabalho ou serviço seja executado sob fiscalização e o controle de uma autoridade pública e que a pessoa não seja contratada por particulares, por empresas ou associações, ou posta à sua disposição;
- d) qualquer trabalho ou serviço exigido em situações de emergência, ou seja, em caso de guerra ou de calamidade ou de ameaça de calamidade, como incêndio, inundação, fome, tremor de terra, doenças epidêmicas ou epizooticas, invasões de animais, insetos ou de pragas vegetais, e em qualquer circunstância, em geral, que ponha em risco a vida ou o bem-estar de toda ou parte da população;

e) pequenos serviços comunitários que, por ser executados por membros da comunidade, no seu interesse direto, podem ser, por isso, considerados como obrigações cívicas comuns de seus membros, desde que esses membros ou seus representantes diretos tenham o direito de ser consultados com referência á necessidade desses serviços.

A proteção exercida pela convenção, contudo, limitou-se “às formas de trabalho forçado com fins econômicos praticadas, sobretudo, em territórios sob administração colonial e em certos países independentes com nível de desenvolvimento análogo”. Sua adoção foi reflexo dos esforços empreendidos pela extinta Liga das Nações, que aprovou em 1926 uma convenção sobre o tema⁵⁰.

Essa definição, conforme leciona Arnaldo Süssekind⁵¹, é ampliada pela convenção nº 105 de 1957. Ao estabelecer entre os compromissos dos Estados signatários a imediata e generalizada abolição de toda forma de trabalho forçado ou obrigatório e dele não fazer uso, indiretamente lança as bases de uma conotação mais abrangente desse conceito, estendendo a vedação à exploração do trabalho forçado a título de sanção, castigo ou qualquer sorte de medida coercitiva, senão veja-se:

Artigo 1º

Todo País-membro da Organização Internacional do Trabalho que ratificar esta Convenção compromete-se a abolir toda forma de trabalho forçado ou obrigatório e dele não fazer uso:

- a) como medida de coerção ou de educação política ou como punição por ter ou expressar opiniões políticas ou pontos de vista ideologicamente opostos ao sistema político, social e econômico vigente;
- b) como método de mobilização e de utilização da mão-de-obra para fins de desenvolvimento econômico;
- c) como meio de disciplinar a mão-de-obra;
- d) como punição por participação em greves;
- e) como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa.

Conforme registrado pela Comissão de Peritos de Peritos na Aplicação de Convenções e Recomendações da OIT, no Relatório III, aprovada quando de sua 65ª conferência, a convenção completa o teor do instrumento anterior, deixando de lado a natureza do trabalho forçado para reprimir, pura e simplesmente, sua imposição:

A convenção de 1957 complementa o instrumento anterior ao requerer a abolição de qualquer forma de trabalho compulsório a ser imposto como punição ou como meio de coerção ou de educação a pessoas que tenham infringido a disciplina do trabalho, participado de greve ou expressado qualquer opinião política ou ideológica; a Comissão considerou que a Convenção protege essas pessoas da imposição de qualquer forma de trabalho compulsório, incluindo trabalho compulsórios prisional. As distinções feitas pela Convenção não se referem à natureza do trabalho imposto,

50 VALTICOS *apud* SÜSSEKIND (1987, p. 296)

51 SÜSSEKIND (1987, p. 296)

mas ao ato a ser reprimido⁵².

Nesse sentido, cumpre consignar uma breve análise crítica e com rigor técnico mais apurado a diferença terminológica entre *trabalho escravo* ou *análogo ao de escravo*, utilizada mais correntemente no Brasil e *trabalho forçado*, utilizado pela OIT. Tem-se que, mais especificamente após 2003, quando o advento da Lei nº 10.803 implementou a mudança no artigo 149 do Código Penal – cujos pormenores analisaremos com mais propriedade no capítulo 3 – tornou-se o conceito brasileiro de *trabalho escravo* substancialmente mais abrangente que o de *trabalho forçado* adotado pela OIT. Diante desse avanço, tem-se que a configuração prevista na conformação da lei brasileira, prevendo o enquadramento no artigo 149 para figuras como jornada exaustiva e condições degradantes, constitui hoje instituto sensivelmente mais protetivo, constituindo os instrumentos da OIT uma espécie de patamar mínimo complementado pelas garantias instituídas no ordenamento jurídico pátrio⁵³.

2.3 A Declaração da OIT sobre Princípios Direitos Fundamentais no Trabalho e o Relatório Global – Não ao Trabalho Forçado

No escopo de garantir novas formas de promoção dos direitos até então protegidos pelos instrumentos da OIT e de estender, de alguma maneira, essa proteção a Estados-membros que não houvessem ratificado as convenções anteriores, foi adotada em 18 de junho de 1998 a Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.

Esse aspecto faz da Declaração de 1998 um instrumento diferenciado, uma vez que impõe esses princípios aos Estados-membros independentemente de ratificação. Tal característica se justifica em razão de os princípios enumerados no instrumento constarem da Constituição e da Declaração da Filadélfia, às quais se submetem todos os estados-membros da OIT, constituindo, assim um “alicerce social fundamental mínimo” na ordem juslaboral internacional⁵⁴.

São os princípios em questão os seguintes: (i) liberdade sindical e o

52 Tradução livre. No original: “The 1957 Convention supplements the earlier instrument in requiring the abolition of any form of compulsory labour that would be imposed as a punishment or means of coercion or education on persons who have infringed labour discipline, participated in a strike or expressed certain political or ideological opinions; the Committee has considered that the Convention protects these persons against the imposition of any form of compulsory labour, including compulsory prison labour. Distinctions made by the Convention do not refer to the nature of the labour imposed but to the act being repressed”. Relatório da 65ª Conferência da Comissão de Peritos na Aplicação de Convenções e Recomendações, Genebra, Suíça, 1979. Report III (Part IV-B), p. 80. Disponível em <<http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/>>. Acesso em 04/11/2013.

53 A maior abrangência do conceito de trabalho escravo no ordenamento brasileiro, em comparação ao de *trabalho forçado* estabelecido pela OIT foi comentado pelo próprio Coordenador do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Antônio Carlos Mello, em seminário realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília em 30 de outubro de 2013. Nessa ocasião, o Coordenador afirmou constituir o conceito adotado pela OIT um patamar mínimo, aquém da configuração proposta pela lei brasileira, que nesse quesito encontra-se significativamente mais avançada do que os principais instrumentos normativos internacionais atinentes à matéria (Informação verbal).

54 ALVARENGA (2007, p. 13)

reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; (iii) a abolição efetiva do trabalho infantil; e (iv) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação. Esses quatro preceitos compõem uma “base mínima universal de direitos do trabalho para todos os países membros, independente de sua ratificação das convenções pertinentes”⁵⁵.

No contexto da Declaração de 1998, a OIT publicou em 2001 seu segundo relatório global, intitulado *Não ao Trabalho Escravo*. O relatório traz em seu bojo uma abordagem do trabalho forçado como antítese do trabalho decente, descrevendo-o como prática universalmente condenada e cuja abolição constitui medida urgente a ser implementada na comunidade internacional.

O relatório teve ainda o mérito de estabelecer uma definição clara de trabalho forçado, apresentando os dois elementos mínimos a configurar a prática, senão veja-se:

O controle abusivo de um ser humano sobre outro é a antítese do trabalho decente. Embora possam variar em suas manifestações, as diversas modalidades de trabalho forçado têm sempre em comum as duas seguintes características: o recurso à coação e a negação da liberdade.⁵⁶

Entrando em minúcias, o instrumento descreve as principais formas de trabalho forçado ainda existentes, com um tópico exclusivamente dedicado ao Brasil rural. Traça ainda, planos de ação conjunta a serem, eventualmente, dirigidos pela própria OIT, que envolvem a conscientização da comunidade internacional, promoção de políticas públicas que evitem o trabalho forçado, garantindo o trabalho digno aos indivíduos em situação de risco, além do resgate e reinserção das vítimas no mercado de trabalho pelas vias legais, com a consequente punição dos responsáveis pela perpetração do ilícito.

Após essa exposição sobre a visão jurídica da comunidade internacional sobre o tema, cumpre passarmos ao estudo de sua abordagem no ordenamento jurídico brasileiro, a defesa aos preceitos constitucionais conexos promovida pela Carta de 1988, além da responsabilização criminal e administrativa dos perpetradores.

55 CACCIAMALI (2002, p. 65)

56 RELATÓRIO Global do Seguimento da Declaração da OIT relativa a Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Não ao trabalho forçado. Genebra: Secretaria Internacional do Trabalho, 2002. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em 04/11/2013.

3 O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A sistemática jurídica hoje operante no Brasil conta com um arcabouço extremamente rico no que tange à proteção contra a escravidão contemporânea. Tanto a nível constitucional quanto no plano infraconstitucional, o sistema municia os principais órgãos do Executivo e Judiciário responsáveis pelo combate à prática da escravidão com uma variedade de dispositivos aptos a embasar o trabalho de prevenção, resgate, reintegração ao mercado e punição de culpados. No presente capítulo empreenderemos um estudo dos principais institutos jurídicos existentes no ordenamento brasileiro conexos ao tema.

3.1 A Constituição Federal de 1988.

Promulgada a 5 de outubro de 1988, a Carta Constitucional ora vigente introduziu no território nacional uma nova ordem jurídica fundamental, indispensável à suplantação de traumas sociopolíticos até então muito vívidos. Trata-se da brutalidade vivenciada em duas décadas de uma ditadura militar considerada uma das mais longas e perniciosas, “por haver mantido aberto um Congresso fantoche, debaixo de uma Constituição de fachada outorgada pelo sistema autoritário, que ao mesmo tempo censurava a imprensa e reprimia a formação, pelo debate livre, de novas lideranças, sacrificando assim toda uma geração”⁵⁷.

Nesse contexto, conforme Bonavides, a Carta de 1988 emerge das cinzas do autoritarismo com o mérito de ser a melhor dentre todas as constituições já testemunhadas na história constitucional brasileira, na medida em que “Como constituição dos direitos fundamentais e da proteção jurídica da Sociedade, combinando assim defesa do corpo social e tutela dos direitos subjetivos, ela fez nesse prisma judicial do regime significativo avanço”⁵⁸.

A Carta Magna, assim, insculpiu no topo do ordenamento pátrio uma série de preceitos de análise imprescindível para a compreensão dos mecanismos jurídicos que compõem a proteção do indivíduo contra o trabalho escravo.

De pronto, o Legislador aborda, no primeiro dos nove Títulos da Carta os *Princípios Fundamentais* da ordem constitucional brasileira. À leitura do artigo 1º, chama atenção a escolha do Legislador constituinte de arrolar, no título referente aos Princípios Fundamentais, a *dignidade da pessoa humana* e do *valor social do trabalho*, trazidos como fundamentos do Estado Brasileiro. Vista pelo prisma da sistemática constitucional, isso os

57 BONAVIDES (2000, p. 174)

58 BONAVIDES (2000, p. 174)

eleva à qualidade de *norma-matriz*, exercendo uma função integrativa com as normas que as desenvolvem, nos títulos seguintes⁵⁹.

O mesmo ocorre com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, traçados pelo artigo 3º, que incluem a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e a marginalização e a redução das desigualdades sociais. Em adição a esses, inclui ainda a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação – disposição que prenuncia direito fundamental à igualdade, mais elencado no caput do célebre artigo 5º e que se encontra intimamente ligado ao cerne filosófico da construção histórica dos direitos humanos, de que já tratamos no presente estudo. O fato de o Legislador ter estabelecido metas políticas de tal monta ao Estado brasileiro denota, mais uma vez, sua intrepidez diante do compromisso de construir um novo ordenamento totalmente destoante dos que lhe precederam.

Ainda nesse ínterim, assevera José Afonso da Silva acerca do artigo 3º da Constituição Federal de 1988:

É a primeira vez que uma Constituição assinala, especificamente, objetivos do Estado brasileiro, não todos, que seria despropositado, mas os fundamentais, e, entre eles, uns que valem como base das prestações positivas que venham a concretizar a democracia econômica, social e cultural, a fim de efetivar na prática a dignidade da pessoa humana (SILVA, 2012: pp. 105-6).

São estes, pois, ideais políticos historicamente consagrados pelo Legislador no texto constitucional e que formam um complexo axiológico que se irradia para todo o ordenamento jurídico, delineando a estrutura normativa e interpretativa de um complexo sistema de direitos.

Nesse sentido, José Augusto Delgado consigna as duas funções que podem exercer esses princípios dentro da sistemática constitucional, quais sejam, a função *ordenadora* e a função *prospectiva*. A primeira, conforme já abordado, diz respeito à utilização desses princípios como critério interpretativo e integrativo da própria Constituição, num exercício exegético sistemático, quanto das normas infraconstitucionais, de forma a dar coesão ao sistema. A função prospectiva, por sua vez, atine à “capacidade de impor sugestões para a adoção de formulações novas ou de regras jurídicas mais atualizadas, tudo inspirado pela idéia do aprimoramento do direito aplicado”⁶⁰.

Ronald Dworkin, de forma semelhante, aborda o princípio como “padrão” de

59 CANOTILHO; MOREIRA *apud* SILVA, J.A. (2012, p. 96)

60 DELGADO, J.A. (2005, p. 03)

observância imposta não no escopo de assegurar determinada situação econômica, política ou social, mas como imposição oriunda de um ideal de justiça enquanto dimensão da moralidade⁶¹.

Dessa forma, ao longo de todo o texto constitucional é possível localizar com facilidade os mecanismos que formam o arcabouço jurídico protetivo do trabalhador contra o trabalho escravo no território brasileiro.

O *caput* do artigo 5º salvaguarda os cinco direitos fundamentais que orientam todas as garantias mais basilares do cidadão: a igualdade, a vida, liberdade, segurança e propriedade.

Em sentido semelhante ao já tratado no presente trabalho, Comparato define direitos fundamentais como “direitos humanos consagrados pelo Estado como regras constitucionais escritas”⁶². Isso projeta no rol de direitos fundamentais constitucionais toda a força dos direitos humanos condensada ao longo de sua história.

Entre os incisos do artigo 5º, o de número III se destaca em nosso estudo, declarando que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. O inciso XXIII, por sua vez, determina que a propriedade privada cumpra sua função social e o inciso XLI determina a punição, pela lei, de “qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”.

Destaque-se, ainda, o artigo 6º, que garante a proteção aos direitos sociais e econômicos ou de segunda dimensão, e, principalmente, o artigo 7º, que funda um rol de garantias trabalhistas constitucionalmente consagradas. Cite-se também o artigo 170, que funda a ordem econômica pátria na “valorização do trabalho humano e na livre iniciativa” reitera a função social da propriedade em seu inciso III. O artigo 193, ao inaugurar o título sobre a Ordem Social, indica como sua base o “primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais”.

Nos tópicos que se seguem, passaremos a uma análise mais pormenorizada de alguns dos principais preceitos constitucionais que formam a base da proteção jurídica contra o trabalho escravo no Brasil.

3.1.1 A Dignidade da Pessoa Humana.

Embora se tenha abordado a Dignidade Humana como fundamento da existência de um rol de direitos humanos universais, há de se pedir vênica para, neste ponto, retomar a

61 DWORKIN (2002, p. 36)

62 COMPARATO (2001, p. 227)

discussão sobre o preceito agora não mais como núcleo duro dos direitos humanos a nível abstrato, mas como fundamento da República Federativa do Brasil, positivado no texto constitucional.

Ao longo do desenvolvimento histórico dos direitos humanos, sempre se discutiu a tese de que a dignidade da pessoa humana seria o princípio absoluto do mundo jurídico. Hodiernamente, tem-se observado uma convergência de muitos doutrinadores no sentido de aceitar a dignidade da pessoa humana como princípio absoluto do direito, diante do qual todos os demais devem se curvar, obedecendo-o irrestritamente⁶³.

Nesse sentido, vide José Afonso da Silva, para quem a dignidade da pessoa humana constitui um valor supremo, com o condão de atrair e condensar o conteúdo de todos os demais direitos fundamentais⁶⁴.

Encontra-se acompanhado por Canotilho e Vital Moreira (1984, pp. 58-9 *apud* SILVA, 2012: p. 105), para quem o preceito constitui uma “referência constitucional unificadora de todos os direitos fundamentais”. Assim, para a dupla de juristas portugueses, a dignidade, tendo em conta seu amplo sentido normativo-constitucional transcendente de uma concepção apriorística do indivíduo humano, permeia não apenas os direitos e garantias individuais clássicos, mas fundamenta também os direitos sociais, num sentido muito mais abrangente, garantindo as próprias “bases da existência humana”.

Embora com estes nos posicionemos, cumpre consignar o entendimento de outros grandes doutrinadores da filosofia constitucional não menos célebres e que afastam veementemente a prevalência da dignidade sobre os demais princípios fundamentais. É o caso de Alexy, quando da análise da Constituição Alemã, que declara intangível a dignidade da pessoa (art. 1º, §1º). Para ele, embora o dispositivo passe a impressão de que seja absoluto o princípio enumerado, essa impressão surge do duplo tratamento da dignidade, ora como norma, ora como princípio. Além disso, afirma que, para o princípio da dignidade humana, “existe un amplio grupo de condiciones de precedencia en las cuales existe un alto grado de seguridad acerca de que bajo ellas el principio de la dignidad de la persona precede a los principios opuestos”⁶⁵.

A dignidade da pessoa humana tem conceituação difícil. Boa parte dos obstáculos que encontra no campo conceitual derivam, por óbvio, de seu alto grau de abstração, característica própria dos princípios⁶⁶. Nesse sentido, consigna Ingo Wolfgang Sarlet:

63 TAVARES (2009, p. 559)

64 SILVA, J.A. (2012, p. 105)

65 ALEXY (1993, p. 106)

66 TAVARES (2009, p. 552)

Tal dificuldade, consoante exaustiva e corretamente destacado na doutrina, decorre certamente (ao menos também) da circunstância de que se cuida de conceito de contornos vagos e imprecisos, caracterizado por sua ‘ambigüidade e porosidade’, assim como por sua natureza necessariamente polissêmica, muito embora tais atributos não possam ser exclusivamente atribuídos à dignidade da pessoa humana. Uma das principais dificuldades, todavia – e aqui recolhemos a lição de Michel Sachs – reside no fato de que no caso da dignidade da pessoa, diversamente do que ocorre com as demais normas jusfundamentais, não se cuida aspectos mais ou menos específicos da existência humana (integridade física, intimidade, vida, propriedade, etc.), mas sim de uma qualidade tida como inerente a todo e qualquer ser humano, de tal sorte que a dignidade – como já restou evidenciado – passou a ser habitualmente definida como constituindo o valor próprio que identifica o ser humano como tal, definição esta, todavia, acaba por não contribuir muito para a compreensão satisfatória do que evidentemente é o âmbito de proteção da dignidade, na sua condição jurídico-normativa. (SARLET, 2001, pp. 38-9)

Embora indícios de conjecturas acerca da dignidade da pessoa humana datem ainda do florescer do pensamento estóico⁶⁷, retoma-se aqui Kant como um dos principais filósofos a delinear os contornos desse preceito. Assim, na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, afirma:

O homem, e, duma maneira geral, todo o ser racional, existe como fim em si mesmo, não só como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade. Pelo contrário, em todas as suas acções, tanto nas que se dirigem a ele mesmo como nas que se dirigem a outros seres racionais, ele tem sempre de ser considerado simultaneamente como fim. (KANT, 1964, p. 68)

Adiante, em conclusão, consigna:

A natureza racional existe como fim em si. É assim que o homem se representa necessariamente a sua própria existência; e, neste sentido, este princípio é um princípio subjectivo das acções humanas. Mas é também assim que qualquer outro ser racional se representa a sua existência, em virtude exactamente do mesmo princípio racional que é válido também para mim; é portanto simultaneamente um princípio objectivo, do qual como princípio prático supremo se têm de poder derivar todas as leis da vontade. O imperativo prático será pois o seguinte: Age ‘de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio. (KANT, 1964, p. 69)

Ao comento de Kant, Konder Comparato sustenta que a dignidade humana, transcende, porém, a simples vedação à utilização do ser humano como meio e não como fim em si. Consubstancia, também, a autonomia do ser humano, fundada em sua racionalidade, de guiar-se pelas leis de sua própria autoria⁶⁸.

André Ramos Tavares, diante da análise de Kant e Comparato, desenha um conceito de dignidade da pessoa humana sob uma dupla dimensão, tanto negativa quanto positiva, a partir do ensinamento de Perez Luño e cuja praticidade se demonstra

⁶⁷ SARLET *apud* TAVARES (2009, p 555)

⁶⁸ COMPARATO (2001, p. 19)

substancialmente adequada ao estudo da infringência da dignidade pela exploração de mão de obra escrava, senão veja-se:

A dignidade humana consiste não apenas na garantia negativa de que a pessoa não será alvo de ofensas ou humilhações, mas também agrega a afirmação positiva do pleno desenvolvimento da personalidade de cada indivíduo. O pleno desenvolvimento da personalidade pressupõe, por sua vez, de um lado, o reconhecimento da total *autodisponibilidade*, sem interferências ou impedimentos externos, das possíveis atuações próprias de cada homem; de outro, a *autodeterminação* (*Selbstbestimmung des Menschen*) que surge da livre projeção histórica da razão humana, antes de uma predeterminação dada pela natureza (LUÑO *apud* TAVARES, 2006, p 558)

A escravidão contemporânea é, pois, uma negação absoluta da dignidade do homem enquanto mínimo existencial. Sua perpetração nega às vítimas o direito de, desprovidas de capital, sequer ter acesso a condições de vida por meio da disponibilização de sua mão de obra pelas vias da relação capital-trabalho e, com isso, poder acessar por vias legítimas bens imprescindíveis a sua existência digna. Seus corpos, sua vida, seu tempo são usurpados em nome do lucro de seus empregadores. Perdem sua autonomia de vida levados pelos mais diversos ardis e promessas vazias. Tornam-se, pois, “coisas”. E se o esgotamento absoluto lhes arrebatou; se, feridos, vêm ao chão, impossibilitados de dar mais de si, são dispensados sem escrúpulos. Salta aos olhos a adequação, pois, do termo que empresta nome à obra de Kevin Bales: essas pessoas são abundantes, encontram-se facilmente disponíveis no mercado e podem ser facilmente substituídas a qualquer infortúnio que lhes acometa e atravanque a produção – tornam-se “gente descartável”.

3.1.2 O direito fundamental à Liberdade.

No que atine ao plano constitucional, mais especificamente dos direitos fundamentais, é possível enxergar uma vinculação precisa do conteúdo do direito à liberdade com a dignidade humana, quando da análise de suas definições doutrinárias.

Segundo José Afonso da Silva, a liberdade, em sentido amplo e considerada sua construção histórico-filosófica, pode ser definida como a “possibilidade de coordenação consciente dos meios necessários à realização da felicidade pessoal”⁶⁹. Ante isso, a liberdade como direito positivado cuida das *liberdades objetivas*⁷⁰, justificado o uso do plural por autorizada doutrina, uma vez que esse direito toma diferentes desdobramentos e nuances, se expressando de variadas formas na realidade jurídica. A liberdade, pois, é una, mas pode ser

69 SILVA, J.A. (2012, p. 233)

70 SILVA, J.A. (2012, pp. 234-5)

dividida ou classificada de diferentes formas, tendo em conta sua análise por diferentes prismas, considerada em diferentes relações⁷¹.

Silva distingue a liberdade, pois, em função do conteúdo do direito positivado na constituição, em cinco grandes grupos, a saber: (i) *liberdade da pessoa física*, englobando a liberdade de locomoção e de circulação (artigo 5º, XV); (ii) *liberdade de pensamento*, que encerra em si as liberdades de opinião, de informação, religiosa, artística e de comunicação do conhecimento (artigos 5º, incisos IV, V, VI, VIII, IX, XII, XIV e artigo 215); (iii) *liberdade de expressão coletiva*, subdividindo-se em liberdade de reunião e de associação (artigo 5º, XVI e XVII); (iv) *liberdade de ação profissional*, constituída pela livre escolha e de exercício de trabalho, ofício e profissão (artigo 5º, XIII) e, finalmente (v) as *liberdades de conteúdo econômico e social*, que a um só tempo atinem à liberdade econômica, livre iniciativa, liberdade de comércio, autonomia contratual e à liberdade de e de trabalho⁷².

A gênese histórica do direito à liberdade, ao lado dos demais direitos civis e políticos, tem lugar no século XVIII, como parte do lema revolucionário francês. Ante esse fato, tem-se que o direito à liberdade foi forjado no âmbito das ideias fervilhantes de uma das maiores revoluções burguesas da história, o que lhe conferiu um cunho intrinsecamente antiestatal. A liberdade, enquanto direito fundamental, pois, surge como garantia do indivíduo oponível ao Estado⁷³.

Contudo, a evolução histórica da hermenêutica constitucional tem o papel de modificar esse caráter não no sentido de retroceder ao *status quo ante*, por óbvio, mas de ampliar os limites desses direitos, acrescentando ao seu conteúdo liberdades outrora não idealizadas. Os desafios impostos ao direito pela história humana dos séculos XX e XXI impõem que a liberdade constitucionalmente erigida ultrapasse os limites da mera tolerância e da não-intervenção estatal nas liberdades básicas do indivíduo, tornando-se oponível também contra os particulares⁷⁴.

Hodiernamente, tem-se que concepção de escravidão contemporânea como afronta à dignidade humana, como vimos, tornou a blindagem jurídica do trabalhador muito mais abrangente, de forma que a violação da liberdade é apenas um de seus aspectos. O próprio tipo penal do artigo 149 deixa claro esse entendimento, como veremos adiante. No entanto, embora a amplitude da dignidade humana já tutele, por si só, a liberdade em suas mais diversas manifestações, imprescindível abordar sua violação tanto a nível da pessoa

71 BUENO (1857, p. 394)

72 SILVA, J. A. (2012, p. 235)

73 BONAVIDES (2004, pp. 563-4)

74 TAVARES (2006, pp. 626-7)

física quanto no plano econômico.

Veja-se, a exemplo disso, a figura do *dumping social*, irregularidade concorrencial configurada “quando os preços baixos das mercadorias resultam, entre outros do fato de não estarem sendo os direitos mínimos dos trabalhadores reconhecidos não só nacional como internacionalmente”⁷⁵.

Malgrado o termo *dumping social* tenha conotação mais voltada ao comércio internacional, se analisado a nível técnico, tem sido erroneamente utilizado até mesmo pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme assinala Amauri Mascaro do Nascimento, ao se pretender fazer menção à proteção da concorrência no mercado interno⁷⁶. Mais adequado, ao cuidar da proteção às liberdades econômicas constitucionais, seria lançar mão da terminologia *preço predatório* ou *underselling*, que “corresponde à venda injustificada de um bem abaixo do preço de custo dentro do mercado interno de um país”⁷⁷, mais especificamente no escopo de eliminar a concorrência.

Atente-se, pois, neste ponto, para a exploração do trabalho escravo como prática danosa à liberdade também sob o prisma econômico, transpondo o conteúdo social e individual. Nesse ínterim, resta também violada a livre concorrência cuja proteção pelo Estado brasileiro encontra-se prevista no parágrafo 4º do artigo 170 da Lei Maior.

Fica reiterado, portanto, como a escravidão contemporânea atinge a liberdade em seus mais variados prismas e acepções, afrontando a totalidade de seu conteúdo. Nesse sentido, bem consigna Solange Quintão Vaz de Mello:

A escravidão contemporânea [...] inviabiliza o exercício da liberdade sob todas as formas. Inexiste direito de ir e vir, na medida em que os trabalhadores são constantemente vigiados por homens armados, que os obrigam a produzir, não obstante as péssimas condições, até que o serviço seja cumprido ou até que as infundáveis dívidas sejam quitadas. Já as demais formas de liberdade – pensamento, expressão coletiva e ação profissional – são cerceadas pela própria essência do trabalhador nessa situação. O analfabetismo, a ignorância da titularidade dos direitos e a falta de perspectiva de vida e de oportunidades de trabalho os alienam nesse mundo de escravidão, para onde freqüentemente retornam, mesmo após a conquista da tão desejada liberdade física⁷⁸.

Tem-se aqui, por óbvio, como a exploração do trabalho escravo na contemporaneidade se torna uma aberração cuja extirpação da realidade jurídica se mostra urgente. Sua existência causa uma irritação no cerne das mais básicas conquistas jurídicas do

⁷⁵ OZORIO (2013, p. 03)

⁷⁶ Cf. *Dumping social e dano moral coletivo trabalhista*, comentário a decisão do TST publicado no sítio eletrônico de seu próprio escritório de advocacia. Disponível em: http://www.amaurimascaronascimento.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=276:7-dumping-social-e-dano-moral-coletivo-trabalhista&catid=68:decisoes-comentadas&Itemid=206. Acesso em 13/11/2013.

⁷⁷ MASSI (2011, p. 05)

⁷⁸ MELLO (2005, p. 66)

cidadão e já consolidadas no direito positivo, como se desafiasse inescrupulosamente o esforço de centenas de anos de história constitucional.

3.1.3 O valor social do trabalho.

O Legislador Constituinte, quando da feitura da Carta Constitucional de 1988, optou por inserir o valor social do trabalho entre os Fundamentos do Estado Brasileiro, mais especificamente no inciso IV do artigo 1º – ao lado da livre iniciativa. Esse amálgama, que pode, à primeira vista, parecer rançoso – ou até mesmo uma mistura explosiva – do ponto de vista da relação capital-trabalho denota a clara intenção conciliadora do Constituinte após a derrocada do regime de exceção.

Não obstante, reafirmou o Constituinte a valorização do trabalho humano no artigo 170, imprimindo-o também na ordem econômica, ao lado da propriedade privada e da função social da propriedade, fomentando ainda mais o intenso debate socioeconômico no âmbito constitucional.

Ao longo da história, o trabalho humano se transformou tanto em seu aspecto objetivo, com as transições da antiguidade para a idade média, desta para o capitalismo liberal. Sua etimologia carrega o denso fardo de uma carga de dor e sofrimento (*tripalium*, do latim, a designar um instrumento de tortura desenvolvido durante a Santa Inquisição a consistente em um gancho de três pontas, cuja função é a evisceração ou a retirada e exposição das tripas, região de intensa dor e de lenta agonia)⁷⁹.

Na lição de Hannah Arendt, diversos filósofos da modernidade convergiram no pensamento de promover o labor, elevando-o à mais sublime das atividades do homem. De Locke a Marx, muitos defenderam o trabalho como “a suprema capacidade humana de construir um mundo”⁸⁰. Embora a pensadora alemã empreenda críticas à forma como essa valorização do labor humano foi, não raro, usurpada no escopo de dar fundamento à propriedade privada em sua acepção liberal mais vetusta, também constrói, mais especificamente a partir do pensamento marxista, a ideia do labor como parte essencial da busca da felicidade inerente à própria vida:

A benção do labor consiste no fato de que o esforço e a recompensa seguem-se tão de perto quanto a produção e o consumo dos meios de subsistência, de modo que a felicidade é concomitante com o próprio processo, da mesma forma como o prazer é concomitante com o movimento do corpo sadio. A “felicidade da maioria”, na qual generalizamos e vulgarizamos o contentamento que sempre abençoou a vida terrena,

79 BARROS (2011, p. 43)

80 ARENDT (2007, p. 113)

conceituou como “ideal” a realidade fundamental de uma humanidade que labora. O direito de buscar essa felicidade é tão inegável quanto o direito à vida: chega a ser idêntico a ela. [...] Não existe felicidade duradoura fora do ciclo prescrito de exaustão dolorosa e regeneração agradável; e tudo o que perturba o equilíbrio deste ciclo – pobreza e miséria nas quais a exaustão é seguida pela desgraça em vez da regeneração, ou grande riqueza e uma vida inteiramente isenta de esforço, na qual o tédio toma o lugar da exaustão e as engrenagens da necessidade, do consumo e da digestão trituram, implacável e esterilmente, um corpo humano impotente até matá-lo – destrói a felicidade fundamental que advém do fato de estar vivo. (ARENDT, 2007, p.120).

A realização humana e a busca por sua identidade através do trabalho, assim, além de servir de ferramenta na busca pela felicidade, consolida a identidade do indivíduo em seu meio social, transpondo seu valor os limites individuais. Nesse sentido, leciona Dalmo de Abreu Dallari que “O trabalho permite à pessoa humana desenvolver sua capacidade física e intelectual, conviver de modo positivo com outros seres humanos e realizar-se integralmente como pessoa”⁸¹.

O trabalho, pois, ganha seu valor no sentido em que transcende em larga medida as relações meramente monetárias que lhe são também conexas. Ganha traços e conotações que se alinham às mais profundas peculiaridades do espírito humano, tornando-se parte de sua razão de ser enquanto indivíduo e o identifica com o meio, proporcionando coesão social à sua existência.

Todavia, como assinalado por Hannah Arendt *in supra*, o exercício do labor não pode constituir uma relação bilateral cuja contrapartida seja a miséria, o sofrimento, o cerceamento das liberdades mais básicas do trabalhador. A operacionalização do valor social do trabalho no plano fático depende incondicionalmente da efetividade dos direitos trabalhistas a nível constitucional e infraconstitucional.

A experiência recente tem mostrado, contudo, que mesmo o arcabouço constitucional trabalhista que, pelo menos no plano jurídico-teórico, articula o valor social do trabalho tem sido não raro confrontado e tem, infelizmente, se enfraquecido diante de seus algozes. Seja pelas vias do debate no Poder Legislativo, em que atores alinhados às ideias da flexibilização trabalhista esforçam-se no sentido de minar o patamar civilizatória juslaboral edificado no ordenamento pátrio; seja nos becos mais escuros do mercado negro de mão de obra escrava, em que se negocia e explora a vida humana como se coisa fosse, o que se tem notado é a falta de efetividade prática desses dispositivos na proteção do trabalhador é recorrente e flagrante.

Inobstante, o desrespeito ultrapassa as fronteiras do território brasileiro, e os

81 DALLARI (1998, p. 40)

escravos têm sido também aliciados em países outros⁸², fulminando a imagem das instituições brasileiras diante da comunidade internacional. Há de se repetir, enquanto cidadãos, a inquietante indagação de Bales: “Quão bom é nosso poder político e econômico se não pudermos usá-lo para libertar escravos?”⁸³.

Como que espécie, pois, de Estado Democrático de Direito o Brasil deseja se portar, se seu presente poderio econômico não logra garantir a plenitude do trabalho decente e, conseqüentemente, uma vida digna para si e para seus pares?

3.2 Legislação Infraconstitucional.

3.2.1 Responsabilização criminal: o artigo 149 do Código Penal.

É sabido que o Legislador, ao inscrever na Carta Magna os valores e bens jurídicos essenciais à existência digna, necessita também elaborar de normas infraconstitucionais de proteção desses institutos e mecanismos jurídico-institucionais de responsabilização dos transgressores dessas normas e, conseqüentemente, instrumentos de punição dos atos que lesionem esse bens jurídicos.

O direito penal surge, pois, no estudo dos instrumentos normativos positivados, como “uma opção política com vistas a assegurar a preservação de determinados interesses vitais”⁸⁴. Constantemente elevada a princípio fundador do Direito Penal, a expressão *ultima ratio* denota a subsidiariedade da aplicação deste ramo jurídico. Essa ideia, frequentemente defendida com entusiástica veemência pelos setores mais garantistas da ciência jurídica criminal, se funda na incontestável e flagrante invasividade desse ramo – seu poder de, no intuito de punir a repulsiva violação de um bem jurídico determinado, atingir, de outro lado, o rol de direitos do autor do delito de forma por vezes extremamente dura e irreparável.

Nesse ínterim, a inserção no Código Penal Brasileiro de um tipo penal forjado no escopo de punir a exploração da mão de obra de outrem em regime de escravidão pode ser considerada louvável no sentido de se estar deixando cair sobre o ato todo o peso do “braço armado do Estado”. Todavia, se o princípio da subsidiariedade somente legitima a incidência do Direito Penal na ausência de efetividade de todas as demais políticas públicas aptas à prevenção do delito⁸⁵, há de se imaginar que na experiência brasileira a ineficácia dos demais

82 Retome-se, como exemplo o caso dos imigrantes bolivianos, peruanos e paraguaios aliciados com fins de exploração de sua mão de obra em regime de escravidão no território brasileiro. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/05/130508_trabescravo_estrangerios_fl.shtml>. Acesso em 14/11/2013.

83 BALEZ (2004, p. 262). Tradução livre. No original: “What good is our economic and political power if we can't use it to free slaves?”.

84 QUEIROZ (2005, p. 116)

85 PALADINO (2010, p 62)

artifícios no combate à prática justifica a existência do tipo e demanda sua aplicação.

O tipo penal do artigo 149 surge, pois, no Diploma Penal de 1940 com este escopo. Sua redação era direta, objetiva, quase simplória, senão veja-se:

Art. 149 - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo:
Pena - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.

Uma das principais decorrências interpretativas do laconismo do Legislador, como se pode perceber de pronto, era a vertiginosa abertura do tipo. Sem trazer uma definição precisa do ato criminoso, o que se empreendia na exegese do teor do artigo 149 era, não raro, uma interpretação analógica da lei penal – embora inapropriada para a esfera penal – exigindo-se para a configuração do delito a união de tipos como sequestro e cárcere privado ao de maus tratos⁸⁶.

Sobre a forma de interpretação original do artigo em tela, Nucci assinala:

O modelo de conduta proibido era baseado num processo de comparação, sem o qual não se conseguia chegar à definição do delito. Assim, pretendia a lei construir um tipo indiciando que a imposição a alguém de uma situação ou comparável àquela vivenciada pelos escravos configurava o delito do art. 149, cuja pena sempre foi maior do que a prevista no art. 148, *caput*; o que fazia sentido, uma vez que nem toda privação da liberdade precisaria colocar a pessoa próxima à condição de um escravo. (2012, p. 735)

Sobre a problemática interpretativa do tipo nessa redação original, consigna Haddad:

Era preciso conhecer a condição de vida dos escravos para aferir se a suposta vítima recebia tratamento equiparado. E, nessa comparação, avultava-se a importância da privação da liberdade e do completo estado de sujeição, que são as marcas consagradoras da escravidão pré-republicana, com suas correntes e grilhões, em que o escravo era objeto de posse e propriedade. (2012, p. 9)

Ao longo do século XX o *modus operandi* da exploração de mão de obra escrava modificou-se profundamente, tornando-se mais sofisticada e, cada vez mais, afastando-se da imagem obsoleta porém amplamente difundida do escravo negro dos tempos coloniais, natural da África, agrilhado no fundo de uma senzala, embora essa imagem ainda de maneira muito vívida na consciência coletiva brasileira. Assim, ao se depender das variações culturais e de eventuais ilusões estereotípicas dos juízes, tem-se que, em termos práticos, a efetividade do tipo restava comprometida, tendo Bento de Faria, sobre o artigo 149, afirmado sê-lo “pura

86 NUCI (2012, p. 735)

ornamentação, pois rariíssimamente será aplicável”⁸⁷.

Assim foi até 2003, quando o advento da Lei nº 10.803 alterou o artigo 149, dando-lhe a seguinte redação:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem

À leitura da alteração efetuada, a primeira conclusão a que se pode chegar é que a forma de apresentação do tipo mudou de uma redação *sintética*, como o era anteriormente, para uma descrição *analítica*⁸⁸ ou ainda, de um *tipo aberto* para um *tipo fechado*⁸⁹. A divergência doutrinária começa, porém, quanto à natureza jurídico-interpretativa dessa alteração.

Parte da doutrina critica essa reforma legislativa, afirmando que a mudança, uma vez tendo detalhado o modo de cometimento do crime, limitou as hipóteses de configuração do delito às seis descritas expressamente no tipo. Um dos principais representantes desse posicionamento é Bitencourt, que afirma que o tipo deixa de abranger possibilidades outras não tipificadas expressamente ou que pudessem vir a surgir. Considerando a limitação hermenêutica imposta pelo inciso XXXIX do artigo 5º da Constituição Federal, esse fato produziria um amplo *abolitio criminis* abrangendo todas as outras condutas que escapassem à redação atual do artigo 149. Dessa forma, para Bitencourt, o efeito da nova previsão teria se mostrado diametralmente oposto ao intento original do Legislador de 2003, senão veja-se:

Com efeito, pretendendo reforçar a proteção ao trabalhador, agravando as sanções cominadas, ampliando as condutas tipificadas e identificando meios e formas de infringir a lei penal, o legislador restringiu o alcance do tipo penal anterior: de *crime de forma livre*, passou a ser *especial*, isto é, *crime de forma vinculada*, quer pela limitação do sujeito passivo, quer pelos meios e formas de execução, que passaram a ser específicos: a) *sujeito passivo*: antes, qualquer pessoa podia ser sujeito passivo desse crime; agora, somente o empregado ou trabalhador (*lato sensu*); b) *meio ou*

87 FARIA *apud* HADDAD (2012, p. 8)

88 BRITO FILHO (2013, p. 66)

89 BITENCOURT (2012, p. 436)

forma de execução: antes era *crime comum* e sua execução era de *forma livre*; agora, somente pode ser praticado com os meios e segundo as formas previstas no *caput* e §1º na nova redação do artigo 149 (crime de forma vinculada).

[...]

Na verdade, agora há limitação estrita aos modos de execução, que estão vinculados (e não os meios, que continuam livres) à tipificação das condutas elencadas *exaustivamente* no texto legal. Com a adoção dessa técnica legislativa, inegavelmente, se produziu uma *abolitio criminis* em relação a todo e qualquer outro modo ou forma de conduta que não seja abrangido pela relação *numerus clausus* da nova definição legal⁹⁰.

Brito Filho, por sua vez – e com ele nos colocamos – diverge do penalista sob um argumento profundamente pragmático, assinalando que “a enumeração das hipóteses, embora possa, em tese, restringir o tipo penal, por outro lado permite enquadramento mais preciso, além do fato de que abriu espaço para algumas condutas que poderiam até ser deduzidas, mas não eram consideradas”⁹¹.

Conforme abordado anteriormente neste trabalho e na lição de Brito Filho, a modalidade de trabalho escravo relativa ao artigo 149 se aproxima muito mais daquela praticada na antiguidade e combatida pelo crime de *plagium* do direito romano que a escravidão legalizada oitocentista.

Essa distinção é bem colocada por Brito Filho, que explica:

[...]embora ambas as práticas sejam completamente reprováveis, a escravidão legalizada no Brasil, primeiro dos indígenas e dos negros e, depois, somente dos negros, dirigia-se a pessoas humanas, mas que não eram livres, sendo consideradas como bens, o que é distinto do momento atual, em que o Direito reprovava a conduta, que é projetada, ao arrepio do ordenamento jurídico, contra seres humanos livres, à semelhança do plágio, na Roma antiga. (2013, pp. 71-2)

Decorre disso, portanto, a conclusão de que o crime consiste na “subjugação do ser humano, que é naturalmente livre, a uma condição que lhe impõe, por outrem, uma relação de domínio extremado, e que atenta contra a sua condição de pessoa”⁹².

Corre-se o risco, aqui, de tirar-se a precipitada conclusão de que o bem jurídico tutelado pelo Diploma Penal seria, no caso, tão somente a liberdade de ir e vir. Esse é o posicionamento que Rogério Greco apresenta, com a breve ressalva de, nas hipóteses de configuração de condições degradantes, visualizar-se também um atentado contra a vida, a saúde e a segurança do trabalhador⁹³.

Embora parcialmente acertado, pensamos que não constitua o posicionamento ideal, seja por sua incompletude, seja por não tocar no ponto fulcral do fato criminoso: a

90 BITENCOURT (2012, pp. 436-7)

91 BRITO FILHO (2013, p. 71)

92 BRITO FILHO (2013, p. 72)

93 GRECO (2012, p. 521)

violação da dignidade da pessoa humana, uma vez que reduzida a vítima à qualidade de objeto. A liberdade tutelada pelo tipo é aquela apresentada sob o aspecto ético-social, razão pela qual pode-se concluir que a sujeição de outrem à condição de escravo “fere, acima de tudo, o *princípio da dignidade humana*, despojando-o de todos os seus valores ético-sociais, transformando-o em *res*, no sentido concebido pelos romanos”⁹⁴.

Obviamente, o aspecto da liberdade vê-se também atingido. Contudo, não se trata, aqui, da liberdade no sentido tradicional da escravidão legalizada anterior a 1888. Leva-se em conta, na verdade, o grau de domínio exercido sobre a vítima, materializando-se em variados graus de intensidade em cada uma das hipóteses estabelecidas pelo artigo 149⁹⁵.

Passando-se, agora, à análise dos modos de execução trazidos pela reforma legislativa de 2003, podemos, seguindo a lição de Brito Filho⁹⁶, dividir as hipóteses em dois grupos, quais sejam, as que configuram o *trabalho escravo típico* e aquelas que constituem o *trabalho escravo por equiparação*.

O *trabalho escravo típico* corresponde às hipóteses descritas no *caput* do artigo 149 e se subdivide em quatro modos de execução, a saber: (i) trabalho forçado, (ii) jornada exaustiva, (iii) condições degradantes e (iv) restrição de locomoção por dívida contraída.

O primeiro deles é o *trabalho forçado*. De mais fácil definição, uma vez que guarda uma relação direta – inclusive terminologicamente – com o conceito internacionalmente utilizado pela OIT.

A Convenção nº 29, como já vimos, conceitua o trabalho forçado nos seguintes termos:

Artigo 2º

1. Para fins desta Convenção, a expressão "trabalho forçado ou obrigatório" compreenderá todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente.

Sob a redação da lei brasileira, o trabalho forçado tem dois elementos caracterizadores, quais sejam: (i) a existência de uma relação de trabalho entre o sujeito ativo e o sujeito passivo e (ii) a compulsoriedade da prestação do serviço, em desrespeito à vontade do trabalhado, quaisquer que sejam as circunstâncias em que tal fato ocorra⁹⁷.

A segunda modalidade de trabalho escravo típico é a *jornada exaustiva*. Há de se diferenciar, neste ponto, jornada exaustiva do conceito de horas extras remuneradas no

94 BITENCOURT (2012, p. 429)

95 BRITO FILHO (2013, p. 73)

96 BRITO FILHO (2013, p. 75-94)

97 BRITO FILHO (2013, p. 76)

mínimo, em cinquenta por cento às relativas ao serviço normal, direito assegurado ao trabalhador pelo artigo 7º, XVI da Carta Magna e do artigo 61 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Segundo Nucci, “jornada exaustiva é o período de trabalho diário que foge às regras da legislação trabalhista, exaurindo o trabalhador, independente de horas extras ou qualquer tipo de compensação”. Ao contrário do trabalho forçado, pode ser buscada voluntariamente pelo próprio trabalhador, pela falta de opção de fonte de renda ou no intuito de aumentá-la⁹⁸. Configura-se, principalmente, pelo seu potencial deletério à saúde física e mental do trabalhador, em condições que anulem sua vontade⁹⁹.

Entre as modalidades do trabalho escravo típico, a mais problemática é, sem dúvida, a referente a *condições degradantes de trabalho*. Trata-se de um conceito amplo, em que não há uma única definição, sendo, por esse motivo, constantemente atacada pelos setores legislativos ligados aos interesses escravagistas, sob o argumento de que seria demasiadamente subjetivo e apto a produzir arbitrariedades¹⁰⁰.

Nucci, apesar de admitir a abertura do tipo, apresenta a legislação trabalhista como forma de se auferir as condições mínimas exigidas ao trabalho digno e que, violadas, configuram a *degradação* enquanto rebaixamento, indignidade ou aviltamento¹⁰¹.

Brito Filho, por sua vez, consegue sintetizar os três elementos constitutivos da degradação do trabalho a configurar a escravidão nos moldes do artigo 149, quais sejam: (i) a existência de uma relação de trabalho, (ii) negação de condições mínimas de dignidade ao trabalhador, de forma a reduzi-lo à condição de coisa e (iii) imposição de tais condições independentemente da vontade do trabalhador, quaisquer que sejam as circunstâncias em que tal fato ocorra¹⁰².

Outra fonte confiável e ponderada de elementos caracterizadores das condições degradantes de trabalho tem sido a jurisprudência da Suprema Corte, senão veja-se:

EMENTA PENAL. REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA A DE ESCRAVO. ESCRAVIDÃO MODERNA. DESNECESSIDADE DE COAÇÃO DIRETA CONTRA A LIBERDADE DE IR E VIR. DENÚNCIA RECEBIDA. Para configuração do crime do art. 149 do Código Penal, não é necessário que se prove a coação física da liberdade de ir e vir ou mesmo o cerceamento da liberdade de locomoção, bastando a submissão da vítima “a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva” ou “a condições degradantes de trabalho”, condutas alternativas previstas

98 NUCCI (2012, p. 736)

99 BRITO FILHO (2013, p. 77)

100 Notícia veiculada em diversos meios de comunicação dão conta das movimentações legislativas no sentido de flexibilizar a definição de trabalho escravo em favor de setores como a bancada ruralista do Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=228218&id_secao=1>. Acesso em 17/11/2013.

101 NUCCI (2012, p. 736)

102 BRITO FILHO (2013, p. 78)

no tipo penal. A “escravidão moderna” é mais sutil do que a do século XIX e o cerceamento da liberdade pode decorrer de diversos constrangimentos econômicos e não necessariamente físicos. Priva-se alguém de sua liberdade e de sua dignidade tratando-o como coisa e não como pessoa humana, o que pode ser feito não só mediante coação, mas também pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho digno. A violação do direito ao trabalho digno impacta a capacidade da vítima de realizar escolhas segundo a sua livre determinação. Isso também significa “reduzir alguém a condição análoga à de escravo”. Não é qualquer violação dos direitos trabalhistas que configura trabalho escravo. **Se a violação aos direitos do trabalho é intensa e persistente, se atinge níveis gritantes e se os trabalhadores são submetidos a trabalhos forçados, jornadas exaustivas ou a condições degradantes de trabalho, é possível, em tese, o enquadramento no crime do art. 149 do Código Penal, pois os trabalhadores estão recebendo o tratamento análogo ao de escravos, sendo privados de sua liberdade e de sua dignidade.** Denúncia recebida pela presença dos requisitos legais.

(Inq 3412, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 29/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-222 DIVULG 09-11-2012 PUBLIC 12-11-2012)¹⁰³

Quanto à *restrição de locomoção por dívida contraída*, tem-se como figura mais conhecida como *servidão por dívida*, na qual o empregador vende ao empregado bens de uso pessoal por conta própria, endividando-o a ponto de que este permanentemente vinculado ao posto de trabalho, restando, em razão disso, cerceada sua locomoção.

Trata-se, na verdade, de uma “dívida que nunca fica saldada, que mensalmente aumenta por meio de expedientes ilícitos, inclusive da fraude ou incidência de juros extorsivos, não obstante o trabalho desempenhado pela vítima por todo o mês”¹⁰⁴.

Simplificando a composição do tipo, tem-se como sendo constituída de três elementos a restrição da locomoção do trabalhador, por qualquer meio, em razão de dívida contraída: i) existência de relação de trabalho, ii) presença de dívida, qualquer que seja sua natureza entre o trabalhador e o tomador ou prepostos e iii) a restrição ao trabalhador de que deixe o posto de trabalho, sob ameaça de sanção, seja ela física ou moral¹⁰⁵.

Já o chamado *trabalho escravo por equiparação* admite três modos de execução. Trata-se, em verdade de hipóteses a rigor já abrangidas pela redação antiga do artigo 149, mas que receberam um tratamento diferente após a reforma legislativa, que os elencou no §1º. São eles: i) o cerceamento de uso de qualquer meio de transporte pelo trabalhador, ii) uso de vigilância ostensiva com fins de impedir a saída do trabalhador do posto e iii) retenção, por parte do empregador, de documentos ou de objetos pessoais do trabalhador¹⁰⁶.

Destaque-se, ainda, a figura das neomajorantes¹⁰⁷ introduzidas no § 2º, que

103 Grifo nosso.

104 PIERANGELI *apud* BRITO FILHO (2013, p. 82)

105 BRITO FILHO (2013, p. 82-3)

106 BRITO FILHO (2013, p. 83-6)

107 Nomenclatura utilizada por Bitencourt (2012, p. 438).

estabelecem aumento de pena nos casos em que, no pólo passivo do delito, figurar criança ou adolescente – que remete ao uso do conceito do artigo 2º da Lei nº 8.069/90¹⁰⁸ – ou ainda naqueles em que a motivação do delito for preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Ante essas considerações, passaremos a uma breve exposição acerca da atuação das principais instituições envolvidas no combate à escravidão contemporânea no território brasileiro, no intuito de se obter um panorama geral das ações empreendidas visando à erradicação dessa prática.

108 GRECO (2012, p. 522)

4 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÁTRIAS NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

A legislação brasileira que há pouco analisamos tem diversos trunfos. Sua abrangência tem sido objeto de elogios por parte da comunidade internacional. A própria OIT reconhece a consistência do artigo 149 do Código Penal e sua fidelidade aos intuitos protetivos das principais convenções internacionais atinentes à matéria¹⁰⁹. Contudo, há de se convir que a letra fria da lei deve sua efetividade à atuação organizada de entidades que se comprometam com a erradicação da mácula que tem sido o trabalho escravo no Brasil contemporâneo.

Hodiernamente, são diversas as frentes de combate à escravidão contemporânea dentro do território brasileiro. Sejam elas parte integrante da estrutura do Estado, sejam fruto da mobilização autônoma privada de cidadãos comprometidos com a concretização de direitos básicos do trabalhador, as entidades voltadas à atividade de identificação, prevenção e repressão à prática tem papel fundamental na forma como essas ações tem sido empreendidas.

A seguir, traçaremos um breve panorama da atuação institucional articulada atualmente no Brasil visando à erradicação do trabalho análogo à escravidão.

4.1 Ministério do Trabalho e Emprego

O Poder Executivo tem, com o MTE, uma ferramenta de suma importância para a linha de frente do combate ao trabalho escravo no Brasil. As ações fiscais são empreendidas em todo o território nacional por Auditores Fiscais do Trabalho – servidores públicos de nível superior ingressos na carreira por meio de concurso público – e organizadas por chefias de organização em cada uma das unidades descentralizadas do MTE. As chefias mantêm um canal de comunicação constante com a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), com base na Instrução Normativa nº 91/2011, que orienta a atuação dos auditores e lança as bases conceituais para a configuração do trabalho escravo.

Cumprе acrescentar ainda que, em 1995, uma contribuição vultuosa à empreitada se deu com a instituição, pelo MTE, do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Subordinado à

¹⁰⁹ Em nota à imprensa divulgada em seu sítio eletrônico em 05/11/2013, a Organização Internacional do Trabalho, prestou elogios à legislação brasileira referente à escravidão contemporânea. Segundo a entidade, “o Brasil é um exemplo, para a comunidade internacional, de um país fortemente comprometido com o enfrentamento da escravidão contemporânea. Desde 2002, a OIT tem trabalhado de forma muito próxima ao governo e aos atores sociais na promoção das suas Convenções que tratam do tema (número 29 e 105) e no fortalecimento das capacidades nacionais para enfrentar essa grave violação dos direitos humanos e dos direitos e princípios fundamentais no trabalho. Entre 1995 e outubro de 2013, mais de 46.000 trabalhadores foram libertados de situações de trabalho forçado no país, segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego”. Nota disponível em <<http://www.oit.org.br/content/codigo-penal-e-consistente-com-convencoes-internacionais-para-punir-trabalho-forcado-diz-oit>>. Acesso em 19/11/2013.

Secretaria de Fiscalização do Trabalho, o Grupo Móvel é formado por Auditores Fiscais do Trabalho, integrando ainda representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal e qualquer outro órgão cuja atuação se faça necessária¹¹⁰.

Sua função consiste no levantamento preliminar de informações constantes das denúncias recebidas pelo MTE e o planejamento das fiscalizações a serem empreendidas nos locais denunciados. Nas localidades referentes às denúncias, após a identificação e autuação dos infratores, passa-se às diligências necessárias ao cumprimento imediato dos direitos trabalhistas das vítimas, bem como expedição da CTPS para os resgatados. O empregador fica responsável também pelo custeio do retorno dos trabalhadores escravizados ao seu local de origem.

Além disso, o MTE é responsável pela atualização de um Cadastro de Empregadores, do qual consta uma lista de infratores flagrados mantendo trabalhadores em condições análogas à de escravo. Os procedimentos de inclusão e exclusão dos empregadores do cadastro, também conhecido como “Lista Suja do trabalho escravo”, são orientados pela Portaria Interministerial n. 2/2011 – MTE/SDH, que condiciona a inclusão do nome do infrator no Cadastro a decisão administrativa final relativa ao auto de infração, lavrado no bojo de ação fiscal do MTE em que tenha havido a constatação de trabalhadores submetidos a regime análogo à escravidão¹¹¹. A medida tem como grande trunfo a sua invasividade na gestão econômico-financeira das empresas irregulares, uma vez que inviabiliza a tomada de crédito por parte dos infratores, tendo, por esse motivo, se mostrado apta a coibir a prática de maneira muito mais eficiente que outras sanções administrativas.

Não se olvide, ainda, a tarefa de confecção de documentos de trabalhadores resgatados, empreendido *pari passu* às ações de fiscalização e resgate de trabalhadores, especialmente as Carteiras de Trabalho e Previdência Social, juntamente com a inscrição no PIS-PASEP, indispensáveis ao recebimento do benefício do Seguro Desemprego. A partir de 2002, após a modificação introduzida na Lei n. 7.998/90 pela Lei nº 10.608/02, o trabalhador resgatado tem direito à concessão do benefício. Garantido constitucionalmente (artigo 7º, II da Constituição da República), sua extensão às vítimas da escravidão contemporânea tem se mostrado peça fundamental para subsistência dos trabalhadores após o resgate e, consequentemente, imprescindível para sua reinserção no mercado de trabalho.

110 Informações constantes do Manual de Combate ao Trabalho em condições análogas às de Escravo, publicado em 2011 pelo MTE, que traz informações detalhadas sobre a configuração e o conceito administrativo de escravidão contemporânea, as formas de autuação e elaboração de relatórios de ação fiscal pelos auditores.

111 Conforme extraído do sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/forum-de-assuntos-fundiarios/lista-suja-do-trabalho-escravo>>. Acesso em 23/11/2103.

Apesar da efetividade de muitas ações de resgate, o MTE tem se deparado, muitas vezes, com ineficácia destas em longo prazo. É dizer, uma vez que os trabalhadores se submetem à condição de escravo, não raro, em razão de profundas necessidades materiais, a eventual falha nas políticas públicas referentes à reintegração regular das vítimas ao mercado de trabalho pode fazer ruir todo o trabalho anteriormente realizado. Começa a surgir, pois, a necessidade de maior integração das ações no sentido de impedir, de todas as formas, a continuidade dessa afronta à ordem jurídica brasileira.

Outro problema enfrentado é o insuficiente número de auditores para fiscalização de todo o território brasileiro. Relatório elaborado no bojo do Acordo de Cooperação Técnica IPEA/SINAIT nº 25/2010 e publicado em julho de 2012 demonstraram que regiões dispendo de um maior número de auditores fiscais do trabalho realizando ações fiscais tem se mostrado um fator crucial para a diminuição de ocorrências referentes ao descumprimento da legislação trabalhista, razão pela qual o fortalecimento do órgão mediante um aumento gradativo do número de auditores em operação. A título de exemplo, a erradicação do trabalho infantil, segundo o relatório final, demandaria a contratação de 5.798 novos auditores até 2016¹¹². Dados como esse demonstram a magnitude da falácia que tem lugar ao se argumentar contra o “inchaço” do Estado, sendo os recursos materiais do Poder Executivo de combate à escravidão, atualmente, insuficientes ao cumprimento de seus objetivos.

4.2 Ministério Público do Trabalho

A ordem constitucional fundada pela Carta da República de 1988 institui o Ministério Público como uma “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. Seus principais instrumentos são, indubitavelmente, o inquérito civil e a ação civil pública, insculpidos no inciso III do artigo 129 e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº 75/1993, e por meio dos quais fica apto a apurar fatos referentes às denúncias que lhe chegam ao conhecimento e, de posse das informações indispensáveis para tal, acionar o Poder Judiciário no intuito de obter provimentos jurisdicionais aptos a garantir a efetividade dos direitos fundamentais e sociais do cidadão no âmbito da coletividade.

Parte integrante do Ministério Público da União (art. 128, I, *b*), O Ministério

¹¹² Relatório final publicado em 2012, na vigência de acordo de cooperação técnica firmado entre o Ipea e o Sindicato Nacional dos Auditores-fiscais do Trabalho, sob o título “A necessidade de auditores-fiscais do trabalho no Brasil: uma análise contemplando o grau de descumprimento da legislação trabalhista”. Disponível em <https://www.sinait.org.br/docs/Rel_final_IPEA.pdf>. Acesso em 23/11/2013.

Público do Trabalho tem sua competência instituída pela Lei Complementar nº 75/93 em seu artigo 83, que desde já prevê a atuação em causas que envolvam graves violações de direitos trabalhistas, das quais é exemplo a escravidão contemporânea:

Art. 83. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho:

I - promover as ações que lhe sejam atribuídas pela Constituição Federal e pelas leis trabalhistas;

[...]

III - promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos;

[...]

Nesse sentido, o instituição se organiza de forma a operacionalizar e efetivar um plano consistente contra os perpetradores da escravidão contemporânea, atuando em diversas frentes, que findam por englobar não apenas a repressão aos empregadores delituosos, mas também à reintegração dos trabalhadores ao mercado, devolvendo-lhes a cidadania usurpada, e até mesmo no combate ao aliciamento.

No que tange à repressão, o MPT tem atuado firmando com os empregadores Termos de Ajustamento de Conduta e eventualmente, acionando a Justiça do Trabalho para ressarcimento dos trabalhadores e pagamento das indenizações. Nesse ínterim, a ação civil pública se mostra um instrumento de grande valia para a efetivação do ideal de erradicação do trabalho escravo. A lei nº 7.347/85, em seu artigo 3º, permite ao *parquet* que postule a condenação do infrator em dinheiro, além do cumprimento de obrigação de fazer e não fazer. Os recursos financeiros arrecadados nas condenações em dinheiro devem se converter na recomposição do bem jurídico lesado, ao passo que as obrigações de fazer e não fazer podem focar-se em medidas que visem ao restabelecimento da dignidade do trabalhador, a saber: determinação de registro do contrato de trabalho na CTPS; cessação de descontos salariais ilegais; a retirada de vigilantes que se encontrarem intimidando os trabalhadores ou constrangendo sua liberdade de ir e vir; a observância do salário mínimo, da jornada de trabalho legal e de outros direitos trabalhistas; a adaptação das condições de trabalho ao mínimo estabelecido em lei, envolvendo suprimento de água potável, alojamento, transporte adequado, equipamentos de proteção individual e coletiva de trabalho, além da tutela de direitos coletivos e difusos¹¹³.

Imprescindível destacar, além da ação civil pública, o instituto da ação civil coletiva, prevista no artigo 91 da Lei nº 8.078/90, cuja legitimação do Ministério Público

113 SOARES (2003, p. 04)

encontra-se inscrita no inciso I do artigo 82 do mesmo diploma. A ação coletiva é instrumento apto a promover, junto à Justiça do Trabalho, a reparação de danos morais ou patrimoniais sofridos individualmente pelos trabalhadores, a exemplo de correção de diferenças salariais, além do pleito de adicionais de periculosidade ou insalubridade, noturno e de horas extras¹¹⁴.

A tutela promovida pela ação coletiva, não se olvide, transcende a mera reparação patrimonial. É certo que a escravização lesiona duramente também interesses imateriais, restando inconteste a ocorrência, nessas hipóteses, do dano moral coletivo perpetrado pelo empregador. Conforme leciona Alexandre Agra Belmonte:

Os interesses difusos e coletivos são transindividuais (porque transcendem os interesses privados e pessoais), indivisíveis (quanto ao objeto) e indetermináveis (quanto ao sujeito), como ocorre quanto à manutenção dos serviços essenciais numa greve ou com a necessidade de eliminação de insalubridade em ambiente de trabalho (difuso), ou como a norma que determina o desconto assistencial para associados e não associados (coletivo) ou a alteração prejudicial de norma regulamentar de concessão de complementação de aposentadoria. (BELMONTE, 2007, pp. 167-8)

Nesse sentido, apesar da relativa celeuma doutrinária acerca do dano moral coletivo, correntes jurisprudenciais recentes vem reconhecendo e fortalecendo a existência do dano moral coletivo e sua aplicabilidade às ações judiciais de responsabilização pela exploração de mão de obra em condição análoga à escravidão. É que, conforme jurisprudência assentada no Tribunal Superior do Trabalho, o dano moral coletivo configura-se na ocorrência de ilícitos que ensejem imediata repulsa social, transcendendo os interesses meramente individuais e causando reação da coletividade¹¹⁵. Além disso, destaque-se o acertado posicionamento da Corte Superior Trabalhista ao consignar que o dano moral coletivo se configura na violação da expectativa da coletividade de concretização no plano fático dos preceitos constitucionais trabalhistas mais básicos. Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO.

Demonstrada aparente divergência jurisprudencial no tocante à caracterização do dano moral coletivo. Agravo de instrumento provido.

RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO.

[...] Verifica-se que a conduta da empresa de descumprir reiteradamente a legislação trabalhista em relação a vários empregados é ilícita e caracteriza o dano moral coletivo porque ignora direitos mínimos dos trabalhadores a seu serviço ofendendo, em consequência, a coletividade ao frustrar sua legítima aspiração de ver cumprida a Constituição e as normas infraconstitucionais que regulam as relações de trabalho.

[...]

(RR - 117500-82.2009.5.09.0653, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 27/11/2013, 3ª Turma, Data de Publicação: 29/11/2013)

114 SOARES (2003, p. 04)

115 TST; RR 1102-73.2010.5.03.0139; Quinta Turma; Rel. Min. João Batista Brito Pereira; DEJT 31/08/2012

Todavia, atente-se para o alerta de Evanna Soares:

Quando se cogita de reprimir ou reparar os danos causados ao homem explorado em condições análogas à escravidão, por força da própria situação aviltante, está-se diante do interesse social relevante, o que autoriza sejam tratados os interesses individuais homogêneos - em princípio defensáveis via ação civil coletiva - através da própria ação civil pública, equiparados aos interesses coletivos. (SOARES, 2003, p. 04)

Ressalte-se ainda a possibilidade de acionamento dos infratores na esfera criminal, pelo Ministério Público Federal, pelo crime previsto no artigo 149 do Código Penal.

Objetivando manter a efetividade dos resgates realizados e impedir que os trabalhadores retornem às condições em que foram encontrados, o MPT criou o *Programa Nacional Resgatando a Cidadania*. O projeto tem como principal objetivo “promover e garantir políticas de inclusão ou reinclusão dos trabalhadores egressos do trabalho escravo e/ou em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho. Busca, ainda, garantir a verdadeira libertação do obreiro, a partir do incremento da sua empregabilidade com a concessão de cursos de qualificação técnico-educacional”. O Projeto integra uma série de esforços que incidem sobre diversos setores da sociedade, prevendo, além da atuação judicial e administrativa, a fixação de políticas públicas de reinserção orientadas à capacitação dos trabalhadores resgatados; realização de audiências públicas visando à conscientização dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade; canalização, concentração e catalisação da atenção da mídia em geral para a importância da erradicação do trabalho escravo e da reinclusão das vítimas do ilícito e publicização das ações do órgão ministerial diante da sociedade¹¹⁶.

Ressalte-se, ainda, a participação constante de Procuradores do Trabalho nas diligências realizadas pelo Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, o que possibilita um contato direto com a comunidade atingida e viabiliza a coleta de dados, informações e documentos a instruir o ajuizamento das ações civis públicas.

4.3 Justiça do Trabalho

Também tem se destacado, nos últimos anos, a participação do órgão de cúpula da justiça do trabalho no que diz respeito à luta contra o trabalho escravo. Além das vias cotidianas do órgão, aplicando com rigor a legislação atinente à matéria em sede de instância

116 Conforme informações publicadas no sítio eletrônico do Ministério Público do Trabalho. Disponível em <<http://portal.mpt.gov.br/wps/wcm/connect/e7352b00467872eeb29bff757a687f67/cidadania.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=e7352b00467872eeb29bff757a687f67>>. Acesso em 23/11/2013.

especial e fixando o pagamento de indenizações significativas aos empregadores irregulares, o TST tem atuado diretamente junto ao parlamento, demonstrando público e notório apoio a inovações legislativas de vultuosa contribuição ao já rico arcabouço jurídico de proteção às vítimas do trabalho escravo.

Além disso, cumpre dar destaque à atuação das Varas Itinerantes do Trabalho. Criadas durante a gestão do ministro Francisco Fausto como Presidente da Corte com o objetivo específico de combater o trabalho escravo em comunidades longínquas do Pará, Maranhão e Mato Grosso, as varas itinerantes se multiplicaram rapidamente em razão de seu condão de acessar localidades ermas, instaurando e instruindo processos *in loco*. Trata-se de iniciativa fundamental para a concretização de direitos básicos do cidadão referentes à atuação do Judiciário, como o fácil acesso e a celeridade, além de constituir uma ferramenta imprescindível à aproximação entre os órgãos julgadores e a comunidade de jurisdicionados que depende de seus serviços.

4.4 Organizações não governamentais.

Diversas entidades merecem destaque ainda em razão de sua iniciativa de, mesmo estando alheias à estrutura organizacional estatal, tomar a frente no trabalho de identificação e combate da escravidão contemporânea no Brasil.

Um dos exemplos mais notáveis é a Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia em Goiânia-GO, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nascida em meio ao auge do caos ditatorial do regime militar, a CPT surgiu como resposta à situação gravíssima dos trabalhadores rurais, posseiros e peões da década de 1970, sobretudo na Amazônia. Inicialmente, desenvolveu um trabalho pastoral junto a esses trabalhadores, tendo sua estreita ligação com a Igreja Católica – que desfrutava de significativa influência política e cultural mesmo durante o governo de exceção – contribuído fortemente para que, mesmo com sua postura de afronta a interesses econômicos de setores mais poderosos do campo, tenha conseguido passar incólume pelo período obscuro do regime militar.

Apesar de sua origem católica, logo em seus primeiros anos, adquiriu um caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, com destaque para a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB.

Seu pioneirismo em prestar auxílio aos posseiros da Amazônia logo se tornou uma gama de ações empreendidas em todo o território nacional, orientadas pela seguinte missão:

Convocada pela memória subversiva do evangelho da vida e da esperança, fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas, seguindo a prática de Jesus, a CPT quer ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo¹¹⁷.

O trabalho desenvolvido pela CPT junto aos trabalhadores visa, sobretudo, a defesa de seus direitos relacionados ao acesso à terra e à água, direitos trabalhistas e à dignidade humana, direitos que a Comissão defende por meio de estímulos e apoio à organização destes trabalhadores. Promove ainda cursos e encontros, no escopo de divulgar, em linguagem popular e acessível às comunidades mais humildes, os direitos das mais variadas categorias de trabalhadores da terra, para que eles possam reivindicá-los.

No campo de defesa dos direitos humanos e do combate à escravidão contemporânea, a Comissão tem ocupado um papel fundamental na realização de denúncias, principalmente pela sua proximidade com o homem do campo. Com o objetivo de aproximar-se ainda mais dessa realidade, a CPT criou, em 1997, uma campanha nacional de combate ao trabalho escravo: “Olho Aberto para não Virar Escravo”. Sua atuação tem sido tão intensa e efetiva que muitos de seus membros já foram vítimas de ameaças, perseguições e até de execuções.

Outro destaque entre as entidades extraestatais atuantes na luta contra a escravidão é a ONG Repórter Brasil. Fundada em 2001 por uma equipe de jornalistas, cientistas sociais e educadores, a ONG nasceu com intuito de fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil. Em razão de seu trabalho, tornou-se uma das mais importantes fontes de informação sobre trabalho escravo no país. Declara para si a missão de identificar e tornar públicas situações que ferem direitos trabalhistas e causam danos socioambientais no Brasil visando à mobilização de lideranças sociais, políticas e econômicas para a construção de uma sociedade de respeito aos direitos humanos, mais justa, igualitária e democrática¹¹⁸.

Através de suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias educacionais diversas lideranças do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil tem ficado mais bem municiados para combater a escravidão contemporânea em diversas frentes e pelos mais variados canais institucionais. Tamanha foi a importância de seu trabalho que em 2003, menos de dois anos após sua fundação, a Repórter Brasil ingressou como

117 Missão da Comissão Pastoral da Terra declarada em seu sítio eletrônico. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/missao>>. Acesso em 23/11/2012.

118 Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 23/11/2013.

representante da sociedade civil na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), tendo ganhado inúmeros prêmios e sendo reconhecida a nível internacional

Além das citadas, muitas outras instituições se empenham na erradicação da escravidão no Brasil atual, seja dentro das estruturas do poder público, seja como entes de direito privado ou integrantes do terceiro setor. Destaque-se nesse sentido o trabalho de instituições como a ONG Observatório Social, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Ministério Público Federal (MPF), Polícia Federal e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Não se pode concluir o presente estudo sem citar a atuação intensiva dessas instituições junto ao Parlamento no escopo de promover o advento de uma inovação histórica no arcabouço jurídico relativo ao combate à escravidão contemporânea. Trata-se do Projeto de Emenda Constitucional nº 438 de 2001 (antiga PEC 57-A/1999) em vias de aprovação no Congresso e que altera a redação do artigo 243 da Carta Constitucional, determinando que as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do país onde for identificada a exploração de trabalho escravo sejam expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Pronunciando-se publicamente a respeito do projeto, o ministro Lélvio Bentes Corrêa afirmou:

O trabalho escravo se alimenta de dois nutrientes: a vulnerabilidade e a fragilidade econômica das vítimas e a perspectiva de impunidade do explorador. Para romper esse círculo vicioso, é necessário que haja simultaneamente o endurecimento das ações de combate e repressão, e para isso é fundamental que se aprove a PEC 57-A de 1999. Assim, será possível punir de forma dura os exploradores do trabalho escravo, com a pena de perdimento daquela propriedade. Ao mesmo tempo, é fundamental que haja investimentos massivos do governo nas zonas de baixo índice de desenvolvimento humano, que são as grandes fornecedoras desse tipo de mão de obra. Esse mapeamento já foi feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e é realmente uma questão de vontade política prover essas áreas específicas com alternativas de geração de trabalho e emprego que permitam aos trabalhadores adultos serem agentes de resgate de sua própria cidadania¹¹⁹.

Cumpra ainda acrescentar que a alteração constitucional em exame, ao contrário do que sustentam muitos de seus opositores, não empreende qualquer modificação substancial na estrutura material do direito de propriedade conforme fundado pela Constituição de 1988. Na verdade, coaduna-se com a imposição do cumprimento da função social da propriedade,

¹¹⁹ Em entrevista publicada no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/trabalho-escravo-reincidencia-e-perspectivas>. Acesso em 23/11/2013.

preceito amplamente enraizado na ordem constitucional vigente, conforme se depreende do inciso XXIII do artigo 5º, do inciso III do artigo 170, do parágrafo único do artigo 185 e do inciso III do artigo 186. Tampouco afetará a essência do instituto da desapropriação, tão somente inaugurando hipótese constitucional de seu cabimento já instituído.

Nesse sentido, assevera Marcus Barberino em relação ao Projeto que “não parece haver qualquer violação às regras gerais de proteção e promoção do direito de propriedade, exercitado de modo lícito e segundo os marcos jurídicos e ideológicos do constitucionalismo que alicerça o capitalismo contemporâneo”¹²⁰. Relacionando o subdesenvolvimento brasileiro com o desequilíbrio na titularidade da propriedade e sua tensa relação com o uso intensivo do trabalho manual pelos detentores dos meios de produção¹²¹, conclui o magistrado:

A PEC 438 assume para mim essa dimensão simbólica e civilizatória: dá concretude à dignidade da pessoa humana e reitera a centralidade do trabalho humano como núcleo do drama civilizatório, ao mesmo tempo em que estimula a propriedade a se desenvolver no âmbito desse marco civilizatório mínimo. Bem aproveitada, é um convite para a superação do subdesenvolvimento. (BARBERINO, 2012, p. 36)

Tem-se, pois, por significativa e nem de longe infundada a expectativa de que o advento da alteração constitucional em tela promova uma modificação qualitativa profundamente positiva no enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo, municiando as instituições de meios inovadores e aptos a reprimir de forma inédita a prática.

120 BARBERINO (2012, p. 34)

121 BARBERINO (2012, pp. 28-9)

5 CONCLUSÃO

Resta incontroverso, pois, o caráter profundamente deletério da persistência do trabalho escravo para a sociedade brasileira contemporânea. Desde a individualidade das vítimas em seu aspecto mais nobre enquanto ser humano até os nuances mais sofisticados e complexos da macroeconomia, o trabalho escravo macula a comunidade humana das mais variadas formas.

O fato é que a partir de 1888, a escravidão se tornou um corpo estranho na ordem social pátria. Sua existência em pleno século XXI é inadmissível, mormente no contexto brasileiro, em que a ascendência constante dos indicadores econômicos precisa se coadunar com um enfrentamento efetivo e profícuo das máculas sociais que séculos de opressão e exploração deixaram como legado.

O ordenamento jurídico brasileiro é, como vimos, motivo de elogios por parte da comunidade internacional. O arcabouço teórico normativo de que dispomos é farto, combativo e sua abrangência o torna apto a erradicar o trabalho escravo do território brasileiro.

As instituições engajadas na luta se mostram atuantes e tem trabalhado diuturnamente tanto no enfrentamento direto da escravidão contemporânea quanto na conscientização da população, com chances de estender a punição dos perpetradores desse mal a praticamente todos os setores sociais.

No entanto, há que se admitir que ainda há muito o que se aperfeiçoar.

O garantismo do próprio do direito penal brasileiro, operacionalizado processualmente na responsabilização dos infratores, pode por vezes se tornar uma armadilha institucional, dispensando ao empregador delituoso um tratamento ineficaz para a coibição da reincidência. Além disso, apesar da redação eficiente do tipo penal do artigo 149, os mecanismos punitivos penais não tem se mostrado satisfatoriamente eficazes, prova disso é o período crítico que o sistema penitenciário brasileiro tem enfrentado.

Nesse sentido, novas contribuições do Legislador que possam atingir de forma contundente o infrator no núcleo econômico-financeiro de seu empreendimento serão indubitavelmente bem-vindas. O mais promissor e atual exemplo dessas inovações é a PEC 57-A, que prevê a expropriação de imóveis urbanos e rurais que utilizem mão de obra escrava nas atividades que sediem. A experiência positiva do cadastro de empregadores irregulares mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego demonstra cabalmente a efetividade dessas medidas, apontando para a necessidade da aprovação do referido Projeto de Emenda como

uma ferramenta de promoção do bem de uma sociedade inteira e da superação da história de injustiça que compõe as feridas abertas do povo brasileiro – para que a escravidão seja relegada ao seu lugar de direito: o passado.

Acrescente-se ainda a premente necessidade de fortalecimento do Estado em suas frentes de combate à escravidão, com a realização de mais concursos públicos e a contratação de mais auditores-fiscais do trabalho, procuradores do trabalho e policiais federais. As forças políticas que pugnam pelo enfraquecimento estatal, proferindo inverdades sobre os quantitativos de gastos públicos são as mesmas forças que desfrutariam da derrocada de conquistas históricas, como a Consolidação das Leis do Trabalho, em nome da “contenção de custos de produção” e da “flexibilização das leis trabalhistas”.

A pesquisa empreendida para a feitura deste trabalho possibilitou-nos ampliar a percepção de como, apesar de arrojado, nosso sistema jurídico é frequentemente subutilizado. É preciso, aos que ainda não a possuem, despertar a sede de justiça social – e aos que já a adquiriram, fortalecê-la. Erguer a bandeira constitucional, evocada no preâmbulo de nossa Lei Maior, de justiça, igualdade, harmonia, bem-estar. Tomemos parte, pois, no esforço de transcender a poesia jurídica que acumula poeira nas letras vetustas e nas páginas amareladas. Transpor a ideia de rios de tinta gastos a esmo na formulação de jargões suntuosos, porém intangíveis. E gradativamente, poderemos sentir a poesia e a beleza desses ideais no ar e nos olhos dos que nos cercam, do calor do asfalto à terra nua das veredas dos campos, e que o trabalho decente e a dignidade humana sejam reais, palpáveis e perenes nas vidas de cada componente humano da comunidade de nosso país.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, Robert. *Teoria de los Derechos Fundamentales*. Tradução de Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. *A Organização Internacional do Trabalho e a proteção aos direitos humanos do trabalhador*. In: Revista LTr. São Paulo, v. 71, n. 5, p. 604-615, 2007.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BALES, Kevin. *Disposable People: New Slavery in the Global Economy*. Londres: University of California Press, 2004.

BARBERINO, Marcus. *PEC 438 – Uma chance para superar o subdesenvolvimento e estruturar o mercado de trabalho nacional*. In: PEC do Trabalho Escravo: A proposta que se tornou símbolo da luta pela liberdade e a dignidade no Brasil contemporâneo. ONG REPÓRTER BRASIL (Org.) pp. 27-36. Brasília, 2012.

BARRAL, Welber Oliveira. *Dumping e comércio internacional: a regulamentação antidumping após a Rodada Uruguai*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de Direito do Trabalho*. 7. ed. São Paulo: Ltr, 2011.

BELMONTE, Alexandre Agra. *Danos morais no Direito do Trabalho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Cidadania e direitos humanos*. Educação, cidadania e direitos humanos. Petrópolis: Vozes, p. 43-65, 2004. Disponível em < www.iea.usp.br/artigos>. Acesso em 14/10/2013.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal, 2: parte especial: dos crimes contra a pessoa*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. São Paulo: Elsevier Brasil, 2004.

BONAVIDES, Paulo. *A evolução constitucional do Brasil*. In: Estudos Avançados. vol.14, n.40, pp. 155-176, 2000.

_____. *Curso de Direito Constitucional*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004

BOSI, Alfredo. *A escravidão entre dois liberalismos*. Estudos Avançados, v. 2, n. 3, p. 4-39, 1988. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000300002>>. Acesso em 24/09/2013.

BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito público brasileiro: e analyse da constituição do imperio*. Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve: Rio de Janeiro, 1857. Disponível em <http://books.google.com.br/books/about/Direito_publico_brazileiro_e_analyse_da.html?hl=p

[t-BR&id=9skEAAAAYAAJ](#)>. Acesso em 13/11/2013.

BRASIL. *Manual de Combate ao Trabalho em Condições análogas às de escravo*. Brasília: MTE, 2011.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. *Trabalho Decente: Análise Jurídica da Exploração do Trabalho – Trabalho Escravo e outras Formas de Trabalho Indigno*. 3ª ed. São Paulo: Editora LTr, 2013.

CACCIAMALI, Maria Cristina. *Princípios e direitos fundamentais no trabalho na América Latina*. In: São Paulo em Perspectiva: São Paulo, v. 16, n. 2, 2002. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392002000200008>>. Acesso em 05/11/2013.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. "Cançado Trindade questiona a tese de gerações de direitos humanos de Norberto Bobbio", em entrevista durante o Seminário direitos humanos das mulheres: a proteção internacional, V Conferência de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Brasília, 25 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/cancadotrindade/Cancado_Bob.htm>. Acesso em 22/10/2013.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. *Fundamentos da Constituição*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.

_____. *Constituição da República Portuguesa anotada*. 3ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.

COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. *Fundamento dos Direitos Humanos*. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/a_pdf/comparato_fundamentos_dh.pdf>. Acesso em: 15/10/2013.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna 1998.

DELGADO, José Augusto. *A supremacia dos princípios nas garantias processuais do cidadão*. In: ALMEIDA FILHO, Agassiz de; CRUZ, Danielle da Rocha (Coord.). *Estado de Direito e Direito Fundamentais: homenagem ao jurista Mário Moacyr Porto*. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 319-338.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 11ª Ed. São Paulo: Ltr, 2012.

_____. *Direitos Fundamentais na Relação de Trabalho*. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais - nº 2. 2007. Disponível em: <<http://www.fdv.br/sisbib/index.php/direitosegarantias/article/view/40>>. Acesso em 24/11/2013.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980.

GREIDER, William. *One World, Ready or Not: The Manic Logic of Global Capitalism*. Nova York: Simon and Schuster, 1997.

GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: parte especial, volume II: introdução à teoria geral especial: crimes contra a pessoa*. 9. ed. Niterói: Impetus, 2012.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Direitos fundamentais processo e princípio da proporcionalidade*. In: GUERRA FILHO, Willis Santiago (Coord.). *Dos direitos humanos aos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça)*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011, n. 2, p. 17-36.

HABERMAS, Jürgen. *El Futuro de la Naturaleza Humana: ¿Hacia una Eugenesia Liberal?* Buenos Aires: Ediciones Paidós Ibérica, 2002.

HADDAD, Carlos Henrique Borlido. *O moderno conceito de trabalho escravo*. In: PEC do Trabalho Escravo: A proposta que se tornou símbolo da luta pela liberdade e a dignidade no Brasil contemporâneo. ONG REPÓRTER BRASIL (Org.). pp. 06-14 Brasília, 2012.

HASHIZUME, Maurício. *Porões da modernidade – o trabalho escravo da economia global*. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2671:catid=28&Itemid=23>. Acesso em 01/10/2013.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução: Antônio Pinto de Carvalho. Lisboa: Companhia Editora Nacional, 1964.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil, ensaio histórico-jurídico-social*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866. Disponível em:

<<http://books.google.com.br/books?id=N34IAAAQAAJ&ots=68-fyuyhwg&dq=escravo%20brasil%20propriedade%20viva%20direito&lr&hl=pt-BR&pg=PA26#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 23/09/2013.

MASSI, Juliana Machado. *O Dumping e a concorrência empresarial*. 2007. Disponível em <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/075.pdf>>. Acesso em 13/11/13.

MELLO, Solange Quintão Vaz de. *Trabalho Escravo no Brasil: a Nova Face de um Antigo Problema*. 2005. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação lato sensu). Universidade Presbiteriana Mackenzie.

MENDES, Mauro André Meneses. *A imprescritibilidade das verbas trabalhistas enquanto perdurar o trabalho escravo*. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2256, 4 set. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/13447>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em <<http://www.mtb.gov.br>>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Disponível em <<http://www.mpt.gov.br>>.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código penal comentado*. 11. ed. São Paulo: RT, 2012.

OZORIO, Cláudia M. *Dumping social e o dano moral na relação de trabalho*. Revista AJDD. 5ª Edição: Volume V, Ano III, 2013. Disponível em <<http://www.reajdd.com.br/artigos/ed5-6.pdf>>. Acesso em 13/11/2013.

PALADINO, Carolina Freitas. *Política criminal: direito penal mínimo x direito penal máximo*. In: Revista da SJRJ, v. 17, n. 29, p. 61-82, 2010.

PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro, volume 2: parte especial*. 2. ed. São Paulo: RT, 2007.

PINHO, Leda de Oliveira. *Direitos da personalidade, difusos, coletivos e individuais homogêneos: investigação sobre as possíveis correlações entre direitos*. Revista Jurídica Cesumar-Mestrado, v. 5, n. 1, pp. 303-332, 2007.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. 1ª ed., São Paulo: Max Limonad, 1998.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUEIROZ, Paulo. *Funções do direito penal: legitimação versus deslegitimação do sistema penal*. 2. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. *O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social*. Revista Interesse Público, v. 4, p. 23-48, 1999.

RODRIGUES, Thaís de Camargo. *O Tráfico Internacional de Pessoas para fim de exploração sexual e a questão do consentimento*. 2012. 204 f. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

SARAIVA, Antônio José. *Inquisição e Cristãos Novos*. Porto: Inova, 1969.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana*. Porto Alegre: Atlas, 2008.

_____. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2001.

SEGATO, Rita Laura. *Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais*. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132006000100008>>. Acesso em 22/10/2013.

SILVA, Flávia Martins André da. *Direitos Fundamentais*. 2006. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2627/Direitos-Fundamentais>>. Acesso em 22/10/2013.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

_____. *A Dignidade da Pessoa Humana como Valor Supremo da Democracia*. In: Revista de Direito Administrativo, v. 212, 1998, p. 125-145.

SOARES, Evanna. *Meios coadjuvantes de combate ao trabalho escravo pelo Ministério Público do Trabalho*. Revista do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Geral do Trabalho, Brasília, n. 26, p. 34-46, 2003.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Direito internacional do trabalho*. 2. ed. São Paulo: LTr, 1987.

TAVARES. André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

VALTICOS, Nicolas. *Derecho Internacional del Trabajo*. Tradução de Maria José Trivino. Madrid: Editorial Tecnos, 1977

WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José. *O Escravo na Justiça do Antigo regime*. In: Arquipélago – História. 2ª série, Volume III, 1999.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Direitos Fundamentais de Terceira Geração*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n.15, p.227-232, 1998. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/121>>. Acesso em: 24/11/2013.